

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.555.382/0001-33 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 18/02/2003	
NOME EMPRESARIAL AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-03 - Treinamento em informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade 73.19-0-03 - Marketing direto 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 58.11-5-00 - Edição de livros 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas 58.13-1-00 - Edição de revistas 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO R VERGUEIRO		NÚMERO 3195	COMPLEMENTO CONJ 133
CEP 04.101-300	BAIRRO/DISTRITO VILA MARIANA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CLAUDIO.ABBATE@CAELUM.COM.BR		TELEFONE (11) 5571-2751	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/02/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/08/2025** às **09:14:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOVIS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 06/08/2026

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 169.112.245,18 Data de Abertura da Empresa: 18/02/2003
CNAE Primário: 8599-6/03 - TREINAMENTO EM INFORMÁTICA

CNAE Secundário 1: 4761-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS
CNAE Secundário 2: 4761-0/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS
CNAE Secundário 3: 5811-5/00 - EDIÇÃO DE LIVROS
CNAE Secundário 4: 5813-1/00 - EDIÇÃO DE REVISTAS
CNAE Secundário 5: 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR
CNAE Secundário 6: 6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CNAE Secundário 7: 6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE
CNAE Secundário 8: 6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS
CNAE Secundário 9: 7319-0/03 - MARKETING DIRETO
CNAE Secundário 10: 7319-0/04 - CONSULTORIA EM PUBLICIDADE
CNAE Secundário 11: 7740-3/00 - GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS
CNAE Secundário 12: 8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,

Dados para Contato

CEP: 04.101-300
Endereço: RUA VERGUEIRO, 3195 - CONJ 133 - VILA MARIANA
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 55712751
E-mail: CLAUDIO.ABBATE@CAELUM.COM.BR

Dados do Responsável Legal

CPF: 006.737.790-41
Nome: BRUNO CZERMAINSKI KLASSMANN

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 006.737.790-41

Nome: BRUNO CZERMAINSKI KLASSMANN

E-mail: klassmann@gmail.com

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 288.485.468-11
Nome: PAULO EDUARDO AZEVEDO SILVEIRA
Número do Documento: 29584846 Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 03/11/1998 Data de Nascimento: 31/10/1979
Filiação Materna: MARIA LUCIA PINTO DE AZEVEDO SILVEIRA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 351.060.728-75
Nome: MARCELA ALEXANDRE VULCANO
Carteira de Identidade: 438466895 Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 19/01/2017

CEP: 04.120-090
Endereço: RUA DEP JOAQUIM LIBANIO, 91 - AP 11 - VILA MARIANA
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 983358085
E-mail: claudio.abbate@caelum.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 222.407.638-09
Nome: GUILHERME DE AZEVEDO SILVEIRA
Número do Documento: 29584847 Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 22/10/1999 Data de Nascimento: 18/09/1981
Filiação Materna: MARIA LUCIA PINTO DE AZEVEDO SILVEIRA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 359.596.328-88
Nome: DANIELA MIKYUNG SONG
Carteira de Identidade: 368884144 Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 22/03/2006

CEP: 01.238-001
Endereço: AVENIDA HIGIENOPOLIS, 573 - 9A - HIGIENOPOLIS
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 83358084
E-mail: claudio.abbate@caelum.com.br

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 338.934.878-67
Nome: SERGIO LUIS LOPES JUNIOR
Número do Documento: 34943234-x Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 29/06/2001 Data de Nascimento: 20/03/1985
Filiação Materna: DEBORA MARIA CECCHINI LOPES
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: null CPF: null
Nome: null
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição:

CEP: 04.638-080
Endereço: RUA DONA CATARINA, 30 - JD PETROPOLIS
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 83358086
E-mail: sergio.lobes@caelum.com.br

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 121.254.787-06
Nome: ALEXANDRE VITAL LEO
Número do Documento: 21.454.517-0 Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 04/06/2003 Data de Nascimento: 25/07/1986
Filiação Materna: TEREZA CRISTINA VITAL LEO
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 04.538-110
Endereço: RUA VIRADOURO, 30 - APTO 102 - ITAIM BIBI
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (21) 995200606
E-mail: claudio.abbate@caelum.com.br

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 5

CPF: 124.780.027-01
Nome: FELIPE SAMUEL ARGALJI
Número do Documento: 219748332DICRJ Órgão Expedidor: RJS
Data de Expedição: 05/02/2018 Data de Nascimento: 03/06/1987
Filiação Materna: MONICA ARGALJI
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 22.420-042
Endereço: RUA PRUDENTE DE MORAES, 1700 - APTO 201 - IPANEMA
Município / UF: Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
Telefone: (21) 31296535
E-mail: bianca.mccane@alura.com.br

Dados do Sócio/Administrador 6

CPF: 006.737.790-41
Nome: BRUNO CZERMAINSKI KLASSMANN
Número do Documento: 02742590366 Órgão Expedidor: SJS/11 RS
Data de Expedição: 08/03/2023 Data de Nascimento: 17/12/1984
Filiação Materna: SILVIA BEATRIZ COSTA CZERMAINSKI
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 94.265-254
Endereço: ESTRADA VIA DO CARDEAL, 282 - CONDOMINIO CAMPESTR
Município / UF: Gravataí / Rio Grande do Sul
Telefone: (51) 984388383
E-mail: bruno.klassmann@alura.com.br

Dados do Sócio/Administrador 7

CPF: 343.159.238-42
Nome: ADRIANO HENRIQUE DE ALMEIDA
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 11/02/1986
Filiação Materna: LUCIA HELENA FREITAS DE ALMEIDA
Estado Civil:
CEP: 04.146-050
Endereço: RUA GENERAL CHAGAS SANTOS, 500 - AP 134 - SAUDE
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 985220877
E-mail:

Linhas Fornecimento

Serviços

833 - Consultoria e Assessoria - Informática

1260 - Informática - Manutenção/Instalação Sistemas/Periféricos

3840 - Treinamento Informática - Sistema / Software

Relatório de Credenciamento



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOVIS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 06/08/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/01/2026	Automática
FGTS	Validade:	13/08/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	18/01/2026	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	20/08/2025
Receita Municipal	Validade:	30/09/2025

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Não cadastrado

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOVIS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 148002 - CORREIOS SEDE
Data Aplicação: 06/10/2023 Valor da Multa: R\$ 606,30
Número do Processo: 53180038873202385 Número do Contrato: 1197/2023
Descrição/Justificativa: NOTIFICAÇÃO- Nº 44112365/2023-GCEC/DEGEC, de 06/10/2023. CONTRATO Nº 1197/2023. Motivo: atraso na apresentação da garantia contratual . Valor: R\$ 606,30. Respaldo legal: alínea "b" do subitem 13.1.2.1. da Cláusula Décima Terceira- Das Penalidades

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II
Motivo: Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II
UASG Sancionadora: 148002 - CORREIOS SEDE
Impeditiva: Não
Prazo Inicial: 29/11/2024
Data Aplicação: 29/11/2024
Número do Processo: 53180046818202440 Número do Contrato: CTR 1197/2023
Descrição/Justificativa: Fornecedor Multado por meio Carta nº 54035601/2024 - GCEC-DEGEC ,descumprimento dos Subitens 6.15 e 6.16 das OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA poderia ensejar a aplicação de penalidade de multa prevista na alínea "b" do subitem 13.1.2.2 Demais multas.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

AOVS
08 02 19

AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2019

ANEXO III

ESTATUTO SOCIAL DA
AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.

CAPÍTULO I

Denominação, Duração, Sede e Objeto

Artigo 1º A Companhia girará sob a denominação de **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.** e está constituída sob a forma de sociedade por ações, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("LSA").

Parágrafo Único A Companhia tem a denominação **CAELUM/ALURA/CASA DO CÓDIGO** como nome fantasia.

Artigo 2º A Companhia possui prazo de duração indeterminado.

Artigo 3º A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo - SP, na Rua Vergueiro, 3.195, cj. 133, Bairro Vila Mariana, CEP 04101-300.

Parágrafo Primeiro A Companhia possui filiais nos seguintes endereços:

a) Na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Rua do Ouvidor, 50, sobreloja, sala 201, Centro, CEP 20040-030, ficando com o mesmo objeto social da Matriz, sem destaque específico de Capital Social, a qual tem a expressão "**CAELUM RIO**" como nome fantasia; e

b) Na Cidade de Brasília - DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 8, Bloco B, 50, salas 521, 523 e 525, Asa Sul, CEP 70333-900, ficando com o mesmo objeto social da Matriz, sem destaque específico de Capital Social, a qual tem a expressão "**CAELUM BRASÍLIA**" como nome fantasia.

Parágrafo Segundo Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional.

Artigo 4º A Companhia tem por objeto a prestação de serviços de (a) treinamento em tecnologia da informação e informática; (b) consultoria para desenvolvimento de softwares e programas para computadores; (c) desenvolvimentos de softwares e aplicativos; (d) realização e produção de palestras, conferências e eventos em geral, especialmente eventos em tecnologia da informação e informática; (e) cessão de espaço publicitário em sites da internet e em eventos; (f) cessão de dados recolhidos de usuários através de formulários em sites da internet e em eventos; (g) edição e comércio varejista de livros, apostilas e publicações em geral e organização, sistematização, recepção, transmissão e arquivamento de

JUCESP

08.02.19

dados, informações e textos, bem como sua comercialização, no país e no exterior por meios eletrônicos (e-book); e (h) recebimento de royalties.

Parágrafo Único

Para a consecução de seu objeto social, a Companhia poderá constituir subsidiárias e participar no capital de outras sociedades, no Brasil ou exterior, como sócia quotista ou acionista.

CAPÍTULO II
Capital Social e Ações

Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 21.613.297,61 (vinte um milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e noventa sete reais e sessenta um centavos), dividido em 1.173.553 (um milhão, cento e setenta e três mil, quinhentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Parágrafo Único

Cada ação ordinária confere ao acionista direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.

Artigo 6º A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 58.678 (cinquenta e oito mil, seiscentos e setenta oito), mediante a emissão de ações ordinárias e nominativas.

Parágrafo Único

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração é competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples ou bônus de subscrição, estabelecendo a forma de subscrição, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Artigo 7º É vedada a emissão e circulação de partes beneficiárias pela Companhia.

CAPÍTULO III
Assembleia Geral

Artigo 8º A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses que seguirem ao encerramento do exercício social com as finalidades de: (a) examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras e o relatório da administração para o exercício social encerrado; (b) resolver sobre a alocação dos lucros líquidos do exercício social encerrado e a distribuição de dividendos, se for o caso; e (c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, se for o caso.

Artigo 9º A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente sempre que necessário para discutir as matérias de sua competência, conforme este Estatuto Social e a legislação aplicável.

JUCESP

08.02.19

Artigo 10 As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia. Os acionistas poderão ser representados por procuradores, com poderes específicos para representá-los em tais reuniões.

Artigo 11 As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer membro do Conselho de Administração, observadas as formalidades legais e as disposições deste Estatuto, e serão presididas também pelo Presidente do Conselho de Administração, que indicará o secretário, e, no caso de sua ausência ou impedimento, por qualquer membro de Conselho de Administração da Companhia presente, escolhido pelos acionistas.

Artigo 12 A Assembleia Geral será convocada (i) por meio de notificação por escrito enviada a cada um dos acionistas que detenham no mínimo 5% (cinco por cento) do capital em circulação da Companhia, e (ii) por meio de publicações no Diário Oficial e em outros jornais locais, conforme preveem os Artigos 124 e 289 da LSA. O aviso de convocação conterá as informações de local, data, hora e ordem do dia da assembleia, sendo que o aviso de convocação enviado para os endereços dos acionistas que fizerem jus à notificação escrita também conterá todos os documentos que estarão sujeitos a deliberação na assembleia.

Parágrafo Primeiro A primeira convocação será feita no mínimo 8 (oito) dias antes da data da Assembleia Geral e, se a Assembleia Geral não for realizada por falta de quórum de instalação, uma segunda convocação será feita no mínimo 5 (cinco) dias antes da nova data da assembleia.

Parágrafo Segundo Será considerada regularmente convocada e instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, independentemente das formalidades legais referentes à convocação. As questões que não estiverem incluídas no aviso de convocação para uma Assembleia Geral não poderão ser aprovadas em Assembleia Geral, exceto quando todos os acionistas participarem da Assembleia Geral e concordarem em deliberar sobre tal questão.

Artigo 13 A Assembleia Geral será considerada validamente realizada com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 40% (quarenta) por cento das ações emitidas da Companhia em primeira convocação, e qualquer número de acionistas em segunda convocação.

Artigo 14 As matérias elencadas abaixo estão sujeitas à deliberação prévia da Assembleia Geral da Companhia:

- (a) Aprovação das normas de procedimento ou regimento interno dos órgãos de administração da Companhia, bem como alterações nas funções e competências do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, conforme o caso;
- (b) Qualquer alteração ao Estatuto Social da Companhia;
- (c) Alteração nos direitos, preferências ou vantagens atribuídos às ações de emissão da Companhia, bem como criação de novas classes de ações e emissão de novas ações sem guardar proporção com as demais espécies e classes existentes;

DUCE SP

05.02.19

- (d) Transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação de sociedade ou incorporação de ações, bem como qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação societária envolvendo a Companhia;
- (e) Dissolução e liquidação da Companhia, bem como nomeação e destituição dos liquidantes e cessação do estado de liquidação;
- (f) Pedido de autofalência, recuperação judicial, extrajudicial, renegociação com credores em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou quaisquer outros atos de reorganização financeira da Companhia ou evento similar, incluindo qualquer homologação de plano de recuperação extrajudicial;
- (g) Aprovação e instituição de capital autorizado para a Companhia, bem como fixação e alteração de seu valor, ou reduções de capital da Companhia, assim como amortizações e/ou resgate de ações;
- (h) Alteração das práticas contábeis da Companhia, salvo se exigido por lei, bem como indicação dos auditores independentes da Companhia ao Conselho de Administração;
- (i) Emissão de debêntures ou qualquer outro título de dívida, conversível ou não em participação societária, envolvendo a Companhia;
- (j) Aprovação de planos de opção de compra de ações, bem como quaisquer modificações posteriores do referido plano;
- (k) Aprovação da abertura de capital da Companhia, ou cancelamento do seu registro, adesão ou alteração de segmento especial ou nível de governança, bem como fechamento de capital;
- (l) Aprovação de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia;
- (m) Criação de uma subsidiária ou aquisição de participação societária ou interesse financeiro ou societário em outra pessoa;
- (n) Criação, alteração ou extinção de qualquer reserva estatutária ou orçamento de capital da Companhia;
- (o) Antecipação do pagamento de dívidas de qualquer natureza pela Companhia; e
- (p) Definição da política de dividendos da Companhia, bem como qualquer alteração à referida política.

Parágrafo Único

Caso a Companhia venha a constituir e/ou adquirir participação societária em qualquer outro veículo, subsidiária ou controlada, a aprovação das matérias elencadas neste Artigo 13 no âmbito dos referidos veículos também estará sujeita à deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

JUCESP

06 02 19

CAPÍTULO IV
Administração

Artigo 15 A administração da Companhia caberá a um Conselho de Administração e a uma Diretoria.

Parágrafo Único Os membros do Conselho de Administração indicados pela Assembleia Geral e os membros da Diretoria indicados pelo Conselho de Administração estarão vinculados e cumprirão o acordo de acionistas da Companhia, declarando expressamente, prévia e simultaneamente a sua posse na função, seu conhecimento das disposições do acordo de acionistas e se obrigando a cumprir de boa-fé tais disposições, na medida em que lhes seja aplicável.

Seção I
Do Conselho de Administração

Artigo 16 O Conselho de Administração da Companhia será composto por 5 (cinco) membros efetivos, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral. Os conselheiros serão selecionados entre indivíduos experientes e idôneos.

Parágrafo Primeiro Os conselheiros serão indicados pelos acionistas em Assembleia Geral para mandatos unificados de 1 (um) ano, com a possibilidade de reeleição.

Parágrafo Segundo A Assembleia Geral poderá afastar e substituir os conselheiros a qualquer tempo e por qualquer motivo. Em qualquer caso, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para deliberar e realizar a destituição e/ou substituição do conselheiro em questão.

Artigo 17 O presidente do Conselho de Administração da Companhia será indicado pela Assembleia Geral. O Presidente do Conselho de Administração não terá voto qualificado e, dentre outras atividades e responsabilidades, deverá zelar pela manutenção das melhores práticas de governança corporativa, garantindo que as reuniões do Conselho de Administração ocorram seguindo um calendário adequado, tenham pauta pré-definida e alinhada com os tópicos de discussão e deliberação necessários para a Companhia e sejam baseados em materiais estruturados (relatórios, análises, apresentações, entre outros) e elaborados com antecedência às reuniões.

Parágrafo Único Nos casos de indisponibilidade permanente ou vaga no cargo, o Presidente do Conselho de Administração será substituído por outro conselheiro até a Assembleia Geral subsequente.

Artigo 18 O Conselho de Administração da Companhia se reunirá (a) trimestralmente; e (b) extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) conselheiros em conjunto.

Parágrafo Primeiro As reuniões serão convocadas no mínimo com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por meio de notificação pessoal ou por meio de um e-mail endereçado a cada um dos conselheiros. O aviso de convocação incluirá (a) a data, hora e o local da

DUCEAP
05 02 19

reunião, (b) a agenda; e (c) cópias de todos os documentos e propostas relacionadas às questões incluídas na agenda.

Parágrafo Segundo Para que uma reunião do Conselho de Administração seja validamente instalada em primeira convocação, no mínimo a maioria dos conselheiros deverá estar presente.

Parágrafo Terceiro Caso não haja quórum suficiente para instalação da reunião do Conselho de Administração em primeira convocação, a reunião será adiada e notificação por escrito sobre a nova data para a reunião será dada a todos os conselheiros com, no mínimo, com 5 (cinco) dias de antecedência da nova reunião. O quórum de instalação da nova reunião será de pelo menos 2 (dois) conselheiros.

Parágrafo Quarto O aviso de convocação pode ser dispensado quando todos os conselheiros participarem da reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto As reuniões do Conselho de Administração podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou quaisquer outros meios de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as outras pessoas presentes na reunião. Os conselheiros que participarem da reunião da forma definida acima serão considerados presentes na reunião para todas as devidas finalidades. As atas da reunião podem ser validamente assinadas por fax ou outro meio eletrônico, com uma cópia arquivada na sede da Companhia juntamente com uma via original assinada.

Artigo 19 Além das matérias listadas no art. 142 da Lei nº 6.404/76 e de outras previsões deste Estatuto Social, o Conselho de Administração terá as seguintes atribuições:

- (a) Aprovação do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia para cada exercício social, bem como de quaisquer documentos com natureza semelhante, sendo certo que caso um orçamento anual não seja aprovado em determinado exercício social, será mantido o último orçamento Anual aprovado no exercício anterior, ajustado de acordo com a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo);
- (b) Aprovação de (1) gastos ou despesas não relacionados ao objeto social da Companhia; e/ou não previstos no orçamento anual, envolvendo valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) das despesas projetadas no orçamento anual; e (2) qualquer investimento em atividades que não estejam contempladas no objeto social da Companhia;
- (c) Autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação, bem como propostas de resgate ou amortização de ações de emissão da Companhia e a aprovação e concessão de plano de opção de compra de ações (*stock options*);

DUCE SP

05.02.19

- (d) Assunção de qualquer endividamento pela Companhia, quando não previsto expressamente no orçamento anual;
- (e) Alienação e/ou transferência, pela Companhia, de ações, quotas e/ou quaisquer participações societárias que detenham ou venham a deter em qualquer pessoa, individualmente ou em conjunto, incluindo a transferência de participação detida pela Companhia em qualquer controlada;
- (f) Compra ou venda de bens do ativo permanente da Companhia em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais), exceto quando expressamente previsto no orçamento anual;
- (g) Venda ou licenciamento da plataforma tecnológica (patente ou *trade secret* do negócio) da base de clientes ou da base de parceiros da Companhia, a terceiros;
- (h) Realização de qualquer negócio ou operação com partes relacionadas, incluindo a celebração de contratos de mútuo entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou membros de administração;
- (i) Aprovação para a constituição de gravames sobre qualquer bem do ativo permanente, móvel ou imóvel da Companhia, cujo valor acumulado no ano exceda 1 (uma) vez o valor do EBITDA auditado da Companhia do exercício social do ano imediatamente anterior;
- (j) Prestação de quaisquer garantias pela Companhia em favor de terceiros e/ou de partes relacionadas;
- (k) Aprovação da remuneração aplicável a cada um dos diretores da Companhia;
- (l) Contratação ou assunção de, ou a prática de qualquer ato que torne a Companhia responsável por qualquer dívida ou débito de qualquer natureza, em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- (m) Aprovação da propositura de ações administrativas ou judiciais, acordos judiciais e renúncias de direitos, pela Companhia, em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- (n) Criação ou descontinuidade de qualquer comitê de assessoria ao conselho de administração da Companhia, bem como qualquer alteração aos comitês de assessoria existentes;
- (o) Aprovação ou alteração da política de riscos das aplicações financeiras da Companhia;
- (p) Escolha, substituição e contratação do auditor independente da Companhia dentre as alternativas indicadas pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 14, "h" deste Estatuto Social;
- (q) Eleição dos Diretores da Companhia;
- (r) Aprovação de aumentos de capital da Companhia e/ou emissão de bônus de subscrição de ações, dentro do limite de capital autorizado; e

JUCESP

08.03.19

- (s) Definição, aprovação e atualização de tempos em tempos, conforme necessário, das metas a serem observadas pelos Diretores da Companhia.

Parágrafo Único

Caso a Companhia venha a constituir e/ou adquirir participação societária em qualquer outro veículo, subsidiária ou controlada, a aprovação das matérias elencadas neste Artigo 18 no âmbito dos referidos veículos exigirá também a deliberação e aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

*Seção II
Da Diretoria*

Artigo 20 A Diretoria da Companhia será formada por 3 (três) diretores, sendo (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Financeiro; e (c) 1 (um) Diretor de Inovação e Educação.

Parágrafo Único

Os Diretores serão pessoas físicas, com capacidade notável de administração e técnicas em suas respectivas áreas de desempenho, eleitos pelo Conselho de Administração, para mandatos de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

Artigo 21 A representação da Companhia perante terceiros, bem como a assinatura de qualquer documento que envolva a assunção de obrigações e/ou direitos pela Companhia, será sempre realizada por dois Diretores em conjunto ou por um Diretor agindo em conjunto com um procurador, este último de acordo com os poderes que lhes forem conferidos no respectivo instrumento de mandato, sendo certo que, para as matérias envolvendo valores acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), incluindo transferência de bens e direitos, assunção de obrigações e gravames de qualquer natureza, despesas e/ou contratos com terceiros, será sempre exigida a assinatura do Diretor Financeiro, em conjunto com outro Diretor da Companhia. A outorga de procurações será sempre realizada por dois Diretores em conjunto. Não obstante o acima disposto, a Companhia poderá ser representada ainda pela assinatura isolada de qualquer Diretor ou procurador, este último de acordo com os poderes que lhe forem conferidos no respectivo instrumento de mandato, para a representação da Companhia perante a Justiça do Trabalho e repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive órgão da Receita Federal.

Artigo 22 Os Diretores se reunirão em reunião ordinária mensalmente. As reuniões extraordinárias da Diretoria podem ocorrer dependendo da urgência das questões a serem discutidas. A Diretoria preparará atas de todas as deliberações adotadas durante cada reunião, que deverão ser arquivadas na sede da Companhia e apresentadas a qualquer membro do Conselho de Administração ou acionista, mediante solicitação.

Artigo 23 Os atos praticados por qualquer Diretor, procurador e/ou preposto em desacordo com os limites estabelecidos por este Estatuto Social, nos instrumentos de mandato respectivos e/ou pela lei, serão nulos de pleno direito e não vincularão a Companhia, respondendo o Diretor ou o procurador civil e penalmente pelos prejuízos que causarem à Companhia.

Artigo 24 São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que envolvam a Companhia em obrigações e negócios ou operações estranhos ao seu objeto social.

DUCESP
06 02 19

Seção III
Dos Comitês de Assessoria

Artigo 25 O Conselho de Administração da Companhia poderá, a seu exclusivo critério, criar comitês de assessoria e determinar suas funções e seus regimentos internos. Tais comitês não terão poderes executivos ou deliberativos com relação à Companhia e/ou suas controladas. Caso os comitês de assessoria sejam criados, seus membros serão indicados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro Caberá aos membros coordenadores de cada comitê de assessoria assegurar a realização das reuniões agendadas e definir a pauta das matérias a serem submetidas às reuniões de seus respectivos comitês, sem prejuízo da possibilidade dos demais membros requererem a inclusão de outras matérias na pauta.

Parágrafo Segundo Os membros dos comitês de assessoria da Companhia não farão jus a qualquer remuneração.

CAPÍTULO V
Conselho Fiscal

Artigo 26 A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, a ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, mediante votos favoráveis de acionistas que representem, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social, a qual indicará seus membros, observadas as disposições da legislação aplicável.

Parágrafo Único A indicação dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, deverá observar o disposto na legislação aplicável e em Acordo de Sócios arquivado na sede da Companhia.

CAPÍTULO VI
Direito de Preferência

Artigo 27 Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de quaisquer novas ações emitidas pela Companhia, de acordo com sua respectiva participação no capital social da Companhia.

CAPÍTULO VII
Exercício Social, Balanço e Lucros

Artigo 28 O exercício social coincidirá com o ano do calendário, tendo início em 1º de janeiro e encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro Ao final de cada exercício social, a Diretoria deverá preparar um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras devidas, conforme as disposições legais vigentes.

Parágrafo Segundo As demonstrações financeiras anuais deverão ser auditadas por auditores independentes registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

DUCEAP

08 02 19

Parágrafo Terceiro

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado, a Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral Ordinária, para aprovação, a proposta de alocação do lucro líquido, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo Quarto

A Assembleia Geral poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, observadas as previsões legais aplicáveis, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados. A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 29 Quaisquer perdas acumuladas e provisões para pagamento de tributos deverão ser deduzidas dos resultados do exercício social, antes do pagamento de qualquer participação. Os lucros líquidos apurados serão aplicados como segue:

- (i) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado da Companhia. No exercício social em que a soma do saldo da reserva legal e do valor alocado em reservas de capital da Companhia exceder a 30% (trinta por cento) do capital social integralizado da Companhia, a Companhia não está obrigada a aplicar parte dos lucros líquidos para a formação da reserva legal;
- (ii) após a dedução prevista acima e o ajuste estabelecido no Artigo 202 da LSA, do saldo restante, se houver, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) serão alocados para o pagamento do dividendo obrigatório ou de juros sobre o capital próprio, conforme o caso; e
- (iii) o saldo remanescente, se houver, será alocado pela Assembleia Geral com base na proposta submetida pela Diretoria, desde que tal proposta seja aprovada em Assembleia Geral, ou que não se decida de outro modo.

Parágrafo Único

O dividendo mínimo obrigatório não deverá ser distribuído aos acionistas com relação ao exercício social em que os órgãos da administração da Companhia informar à Assembleia Geral que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Artigo 30 A Companhia poderá pagar aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º, §7º da Lei n.º 9.249/95, e das leis e regulamentos aplicáveis, que poderão ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento nos termos deste Artigo deverá integrar, para todos os fins, o valor dos dividendos distribuídos pela Companhia.

CAPÍTULO VIII
Liquidação, Dissolução e Extinção

Artigo 31 A Companhia deverá ser dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou em acordo de acionistas, ou mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. A Assembleia Geral deverá estabelecer a forma de liquidação, indicando o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, os quais deverão agir no

DUCEAF

05.02.19

período da liquidação, estabelecendo seus poderes e respectivas remunerações, conforme previsto em lei.

Parágrafo Único No caso de dissolução, a Companhia deverá realizar apenas as atividades necessárias para encerrar seus negócios (incluindo a venda de bens da Companhia de maneira ordenada).

CAPITULO IX

Controvérsias, Acordo de Acionistas e Disposições Gerais

Artigo 32 A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a administração da Companhia (i) abster-se de (a) registrar transferências de ou ônus a ações, direitos de preferência para subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (b) realizar quaisquer ações que sejam contrárias às disposições de tais acordos de acionistas; e (ii) observar quaisquer disposições constantes destes acordos de acionistas referentes, entre outros, a (a) regras aplicáveis à distribuição de quaisquer ativos remanescentes da Companhia entre os acionistas, em caso de liquidação da Companhia; e (b) direitos específicos de aprovação prévia conferidos a quaisquer acionistas da Companhia. O presidente da Assembleia Geral deverá abster-se de computar votos de qualquer acionista contrários às previsões de tais acordos de acionistas.

Parágrafo Único No caso de qualquer disposição deste Estatuto Social ser inconsistente com as previsões de qualquer acordo de acionistas, as previsões do acordo de acionistas deverão prevalecer.

Artigo 33 Quaisquer matérias não previstas neste Estatuto ou em acordo de acionistas deverão ser primeiramente resolvidas em Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 34 Os acionistas concordam que qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este Estatuto envolvendo qualquer dos acionistas, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante, e administrada pelo, Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara").

Parágrafo Primeiro A arbitragem será conduzida por um único árbitro, indicado na forma do Regulamento da Câmara. O árbitro deverá pautar a sua decisão única e exclusivamente na aplicação da lei material da República Federativa do Brasil, vedado o julgamento por equidade.

Parágrafo Segundo A sede da arbitragem será na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e a arbitragem será conduzida no idioma português.

Parágrafo Terceiro A sentença arbitral será final, conclusiva e vinculante em relação aos acionistas, e qualquer decisão contida na sentença arbitral será reconhecida e executável em qualquer juízo competente, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao tribunal arbitral previstos no art. 30 da Lei n.º 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei n.º 9.307/96.

DUCEAF

08 02 19

Parágrafo Quarto

Os acionistas acordam que a arbitragem será mantida em absoluto sigilo e que qualquer informação ou documentos, incluindo qualquer petição ou documentos, trocados ou produzidos em tal arbitragem (incluindo, mas não se limitando a dossiês e outros documentos submetidos ou trocados, qualquer testemunho ou depoimentos verbais, e qualquer laudo) não serão divulgados fora do âmbito do tribunal arbitral, da secretaria da Câmara, dos acionistas e de seus consultores e de qualquer outra pessoa que seja necessária para a condução da arbitragem, exceto (a) conforme necessário para a obtenção de medidas judiciais preparatórias do procedimento arbitral ou para a execução de decisões proferidas pelo tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, observado o segredo de justiça; e/ou (b) conforme exigidos pelas leis e exigências regulatórias aplicáveis aos acionistas.

Parágrafo Quinto

Cada um dos acionistas arcará, antes da prolação da sentença arbitral, com os respectivos custos e despesas decorrentes do procedimento arbitral. Os custos e despesas de arbitragem, incluindo os honorários do árbitro, serão suportados, definitivamente, pela parte perdedora. Caso haja uma decisão que beneficie ambas os acionistas, os custos serão pagos na proporção determinada na sentença arbitral.

Parágrafo Sexto

Os acionistas elegem o juízo do foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para os fins da execução deste compromisso arbitral e/ou da sentença arbitral resultante da arbitragem prevista neste Artigo.

Parágrafo Sétimo

Os Acionistas concordam que o procedimento arbitral descrito neste Artigo é a única e exclusiva forma pela qual os acionistas solucionarão controvérsias relativas a este Estatuto; ficando estabelecido, entretanto, que os acionistas expressamente concordam que nenhuma disposição deste Estatuto impedirá os acionistas e de submeter quaisquer questões ao juízo competente, com jurisdição sobre qualquer dos acionistas, para o propósito exclusivo de obter medidas judiciais necessárias unicamente para preservar o status quo ou de outra forma coibir danos irreparáveis para qualquer dos acionistas enquanto não tiver sido iniciada a arbitragem.

Parágrafo Oitavo

O pagamento de indenização, inclusive por perdas e danos, em razão da violação às disposições deste Estatuto não constituirá, por si só, reparação suficiente e não excluirá a execução específica aqui prevista.

Parágrafo Nono

Os acionistas se vinculam para todos os fins e efeitos de direito à presente cláusula compromissória.

Artigo 35 A Companhia se compromete a disponibilizar aos acionistas todas as informações sobre contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros títulos e valores mobiliários de emissão da companhia, se houver, sempre que solicitado pelos acionistas.

DUCE SP
06 02 19

Artigo 36 Caso seja aprovada a abertura de capital da Companhia, mediante apresentação do pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, observado o disposto no Artigo 14, "k" deste Estatuto Social, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, nos segmentos da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominados "Novo Mercado" ou "Bovespa Mais", permitindo-se a listagem em outro segmento especial da bolsa de valores, quando houver alguma restrição relevante.

Artigo 37 A Companhia se obriga a adotar as práticas de governança corporativa, nos termos da lei aplicável, e no caso de obtenção de registro de companhia aberta, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas na lei aplicável."

* * *



DUCE SP
23 01 20

AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 05 555 382/0001-33
NIRE 35.300.509.595

SP
AASP
auto

N 2020

CONVENIO
AASP-257

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2019

colo

1. Data, Hora e Local de Realização: Aos 27 dias do mês de dezembro de 2019, às 10:30 horas, na sede social da **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.**, localizada na Rua Vergueiro, nº 3.195, Cj. 133, Bairro Vila Mariana, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04101-300 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia.

3. Mesa: Os trabalhos foram presididos por Paulo Eduardo Azevedo Silveira e secretariados por Carlos Felício da Silveira.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a eleição e nomeação dos membros da Diretoria da Companhia.

5. Deliberações: Prestados os esclarecimentos necessários, apresentados os documentos pertinentes e submetidos à apreciação, foi decidido por unanimidade de votos, sem qualquer restrição ou ressalva:

5.1. Reeleger para compor a Diretoria da Companhia, por um mandato de 01 (um ano) a contar da presente data: **(i) Gustavo Teruo Fujimoto**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 47.546.969-6 expedido pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 369.723.328-93, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Bertogga, 515, apto. 111, Bairro Chácara Inglesa, CEP 04141-100, para o cargo de **Diretor Financeiro** da Companhia; **(ii) Guilherme de Azevedo Silveira**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, consultor em informática, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.584.847-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 222.407.638-09, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Higienópolis 573, apto 9A, Bairro Higienópolis, CEP 01238-001, para o cargo de **Diretor de Inovação e Educação** da Companhia; e **(iii) Paulo Eduardo Azevedo Silveira**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, consultor em informática, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.584.846-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 288.485.468-11, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Francisco Cruz, 448, apto. 102, Vila Mariana, CEP 04117-091 para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, sendo os três diretores definidos, em conjunto, como "Diretores".

5.2. Os Diretores ora eleitos declaram, neste ato, individualmente e para todos os fins, que não estão impedidos por lei especial, bem como não estão incurso em quaisquer crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis ou a administração de sociedades, e que tampouco foram condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência e relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomam posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração, Presidente e Secretário.

Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.
São Paulo, 27 de dezembro de 2019.

Paulo Eduardo Azevedo Silveira
Presidente

Carlos Felício da Silveira
Secretário

RECIBO
09 10 02

JUCESP
2.3 JAN 2020

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO JUCESP

 **GISELA SIMIEMA CESCHIN**
SECRETARIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
DOB O NÚMERO

45.674/20-6



JUCESP

JUCESP
2.3 JAN 2020
SEDE

DUEAP
23 01 20

TÉRMO DE POSSE

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2019, na sede da **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Vergueiro, nº 3.195, Cj-133, Bairro Vila Mariana, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04101-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.555.382/0001-33 ("**Companhia**"), o Sr. **Gustavo Teruo Fujimoto**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 47.546.969-6 expedido pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 369.723.328-93, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Bértioga, 515, apto. 111, Bairro Chácara Inglesa, CEP 04141-100 declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, e, toma posse, nesta data, no cargo de Diretor Financeiro da Companhia, para o qual foi eleito pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta mesma data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pelas leis brasileiras e pelo Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 27 de dezembro de 2019.



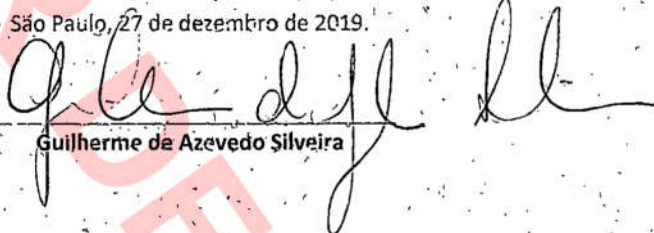
Gustavo Teruo Fujimoto

DUCESP
20 01 20

TERMO DE POSSE

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2019, na sede da **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Vergueiro, nº 3.195, Cj. 133, Bairro Vila Mariana, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04101-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.555.382/0001-33 ("**Companhia**"), o Sr. **Guilherme de Azevedo Silveira**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, consultor em informática, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.584.847-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 222.407.638-09, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Higienópolis 573, apto 9A, Bairro Higienópolis, CEP 01238-001 declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, e, toma posse, nesta data, no cargo de Diretor de Inovação e Educação da Companhia, para o qual foi eleito pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta mesma data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pelas leis brasileiras e pelo Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 27 de dezembro de 2019.

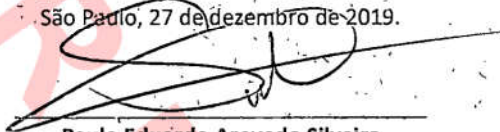

Guilherme de Azevedo Silveira

DUCESP
23 01 20

TERMO DE POSSE

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2019, na sede da **AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua Vergueiro, nº 3.195, Cj. 133, Bairro Vila Mariana, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04101-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.555.382/0001-33 ("Companhia"), o Sr. **Paulo Eduardo Azevedo Silveira**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, consultor em informática, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.584.846-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 288.485.468-11, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Francisco Cruz, 448, apto. 102, Vila Mariana, CEP 04117-091 declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, e, toma posse, nesta data, no cargo de Diretor Presidente da Companhia, para o qual foi eleito pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada nesta mesma data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pelas leis brasileiras e pelo Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 27 de dezembro de 2019.



Paulo Eduardo Azevedo Silveira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME

BRUNO CZERMAINSKI KLASSMANN

1ª HABILITAÇÃO

12/02/2003

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

17/12/1984, PORTO ALEGRE, RS

4a DATA EMISSÃO

08/03/2023

4b VALIDADE

08/03/2033

ACC



D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF

6075546652 SJS/II RS

4d CPF

006.737.790-41

5 Nº REGISTRO

02742590366

9 CAT HAB

B

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

LUIZ ROBERTO DA SILVA KLASSMANN

SILVIA BEATRIZ COSTA CZERMAINSKI



Bruno Klassmann

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2552172270

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

AOVS Sistemas de Informática S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas 1

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações dos resultados 7

Demonstrações dos resultados abrangentes 8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9

Demonstrações dos fluxos de caixa 10

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas 11



**Shape the future
with confidence**

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas
AOVS Sistemas de Informática S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AOVS Sistemas de Informática S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento de receitas de vendas

A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho para reconhecimento da receita de vendas, a qual envolve, entre outros requisitos, a análise do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da diretoria da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da diretoria. Esse julgamento profissional pode resultar no risco de reconhecimento inadequado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, estão incluídos nas notas explicativas 2.4 j e 15.

Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil e montante apropriados. Adicionalmente realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas; e (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas nas notas explicativas 2.4 j e 15, no contexto das demonstrações tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



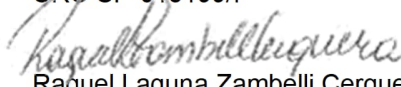
**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	81.533	106.275	141.715	161.492
Contas a receber	4	61.619	53.919	159.458	140.280
Estoques		14	20	14	20
Adiantamentos a fornecedores	5	635	420	3.155	2.032
Adiantamento a funcionários		254	34	726	1.338
Impostos a recuperar	6	32.943	26.160	38.854	28.952
Despesas antecipadas		1.613	1.528	2.430	2.156
Depósitos caução		175	1.668	181	1.674
Outros ativos		25.417	9.889	-	-
Total do ativo circulante		204.203	199.913	346.533	337.944
Ativo não circulante					
Contas a receber	4	-	-	30.742	14.412
Empréstimos a terceiros		84	84	290	290
Imposto diferido	23	14.857	10.487	14.857	10.487
Direito de uso	8	-	912	50.936	59.579
Depósitos judiciais		-	-	26	25
Investimentos	12	479.206	456.228	-	-
Imobilizado	7	3.362	3.071	23.458	18.602
Intangível	9	19.473	14.967	394.208	388.191
Total do ativo não circulante		516.982	485.749	514.517	491.586
Total do ativo		721.185	685.662	861.050	829.530

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	37.898	29.517	37.898	29.517
Fornecedores		4.366	881	9.677	8.261
Outras contas a pagar		128	-	1.624	207
Arrendamentos a pagar	8	-	114	13.518	7.507
Contas a pagar	13	51.874	35.858	52.088	36.083
Receitas antecipadas		1.895	-	1.895	-
Receita diferida	5	34.281	32.273	35.470	33.614
Adiantamentos de clientes	5	354	297	12.685	11.696
Obrigações trabalhistas	10	17.947	14.449	33.798	30.184
Obrigações tributárias	11	22.673	15.632	27.226	18.918
Dividendos a pagar		55.972	24.573	59.373	28.142
Total do passivo circulante		227.388	153.594	285.252	204.129
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	125.293	135.214	125.293	135.214
Contas a pagar	13	-	34.065	-	34.062
Arrendamentos a pagar	8	-	919	43.673	56.757
Provisão para contingências	22	-	-	11.734	11.437
Total do passivo não circulante		125.293	170.198	180.700	237.470
Patrimônio líquido	15				
Capital social		169.112	149.756	169.112	149.756
Reserva de capital		(1.178)	(1.178)	(1.178)	(1.178)
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Reserva de lucros		184.338	191.693	184.338	191.693
Stock option		9.130	7.466	9.130	7.466
Ágio na Emissão de Ações/Quotas		4.018	-	4.018	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(17.597)	-	(17.597)	-
Reserva legal		20.681	14.133	20.681	14.133
Total do patrimônio líquido controladora		368.504	361.870	368.504	361.870
Participação de não controladores				26.594	26.061
Total do patrimônio líquido		368.504	361.870	395.098	387.931
Total do passivo e patrimônio líquido		721.185	685.662	861.050	829.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais líquidas	16	225.936	227.409	566.555	512.688
Custos operacionais					
Custos das mercadorias vendidas		(1.098)	(656)	(1.098)	(656)
Custos dos serviços prestados	17	(38.931)	(40.597)	(162.755)	(140.073)
		(40.029)	(41.253)	(163.853)	(140.729)
Lucro bruto		185.907	186.156	402.702	371.959
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(82.850)	(79.733)	(164.119)	(172.197)
Despesas comerciais	19	(31.724)	(20.410)	(55.184)	(35.679)
Outras receitas e despesas operacionais		-	-	(51)	1.111
Resultado de equivalência	12	90.775	59.346	-	-
Total de despesas (receitas) operacionais		(23.799)	(40.797)	(219.354)	(206.765)
Lucro antes do resultado financeiro		162.108	145.359	183.348	165.194
Resultado financeiro	20	(23.625)	(29.147)	(20.448)	(29.443)
Lucro antes dos impostos		138.483	116.212	162.900	135.751
Imposto de renda e contribuição social	23	(8.169)	(12.749)	(9.906)	(14.583)
Lucro do exercício		130.314	103.463	152.994	121.168
Lucro dos controladores				130.314	103.393
Lucro dos não controladores				22.680	17.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	130.314	103.463	152.994	121.168
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	130.314	103.463	152.994	121.168
Lucro dos controladores			130.314	103.393
Lucro dos não controladores			22.680	17.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ágio na subscrição de ações	Reserva de lucros		Transação entre sócios	Plano de opções de ações	Lucro acumulado	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
					Reserva legal	Reserva de lucros						
Saldo em 01 de janeiro de 2023		149.756			8.992	121.068	-	5.749	(18.804)	266.762	13.025	279.787
Aumento de capital	15.a	-			-	-	-	-	-	-	-	-
IRRF s/ Juros sobre capital Próprio		-			-	-	(1.287)	-	-	(1.287)	-	(1.287)
Movimentação em não controladores		-			-	-	-	-	-	-	(295)	(295)
Opções de ações outorgadas		-			-	-	-	1.716	-	1.716	-	1.716
Ajuste de exercícios anteriores		-			-	(666)	-	-	-	(666)	-	(666)
Estorno de dividendos propostos	15.c	-			-	16.455	-	-	-	16.455	-	16.455
Lucro líquido do exercício		-			-	-	-	-	103.463	103.463	17.775	121.238
Constituição da reserva legal	15.b	-			5.173	-	-	-	(5.173)	-	-	-
JSCP		-			-	(20.000)	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Dividendos mínimos	15.c	-			-	(4.573)	-	-	-	(4.573)	(4.444)	(9.017)
Retenção na reserva de lucros		-			-	98.290	-	-	(98.290)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		149.756	-	-	14.165	210.574	(1.287)	7.465	(18.804)	361.870	26.061	387.931
Venda de participação	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.082)	(8.082)
Aumento de capital	15.a	17.000	-	-	-	-	-	-	-	17.000	-	17.000
Aumento de capital 07/24	15.a	2.318	-	-	-	-	-	-	-	2.318	-	2.318
Aumento de capital 11/24	15.a	38	-	4.018	-	-	-	-	-	4.056	-	4.056
Movimentação em não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções de ações outorgadas	15.d	-	-	-	-	-	-	1.666	-	1.666	-	1.666
Outros		-	-	-	-	18	-	-	-	18	240	258
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	130.314	130.314	22.680	152.995
Constituição da reserva legal	15.b	-	-	-	6.516	-	-	-	(6.516)	-	-	-
JSCP	15.c	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)	-	(21.000)
Dividendos mínimos	15.c	-	-	-	-	-	-	-	(30.950)	(30.950)	-	(30.950)
Dividendos adicionais	15.c	-	-	-	-	(26.145)	-	-	(53.044)	(79.190)	(14.306)	(93.496)
Outros resultados abrangentes	15c	-	(17.597)	-	-	-	-	-	-	(17.597)	-	(17.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		169.112	(17.597)	4.018	20.681	184.447	(1.287)	9.131	-	368.504	26.594	395.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	138.483	116.212	162.900	135.751
Ajustes por:				
Depreciação	934	846	5.307	1.109
Amortização	8.169	12.219	15.687	14.569
Amortização de mais valia	4.633	4.633	12.294	4.633
Baixa de imobilizado	(93)	-	403	5.643
Perdas com créditos	2.156	3.547	1.637	18.454
Juros incorridos sobre arrendamentos	-	121	5.719	18.463
AVP de contas a pagar	1.519	-	1.519	-
Juros incorridos sobre empréstimos	20.659	27.967	21.337	27.967
Opções de ações outorgadas	1.666	-	1.666	-
Equivalência patrimonial	(90.775)	(59.346)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	665	-	-
Provisão para contingências	-	-	297	730
Lucro ajustado	87.351	106.864	228.766	227.319
(diminuição) Aumento nos ativos				
Duplicatas a receber	(9.856)	(39.813)	(37.145)	(83.901)
Adiantamentos a fornecedores	(215)	(174)	(1.123)	(806)
Adiantamentos a funcionários	(220)	(20)	612	(914)
Estoque	6	(14)	6	(13)
Imposto diferido	-	(3.226)	-	(800)
Impostos a recuperar	(6.783)	-	(9.902)	-
Cauções, depósitos e garantias	1.493	(1.558)	1.493	(1.559)
Outros ativos	(15.592)	(10.101)	(281)	(411)
(Aumento) diminuição nos passivos				
Fornecedores	3.485	(144)	1.416	3.691
Outras contas a pagar	128	(84)	1.671	(47)
Adiantamentos a clientes	57	(1.947)	989	317
Obrigações trabalhistas	3.498	3.016	3.614	677
Obrigações tributárias	1.182	(2.811)	712	(3.370)
Contas a pagar	(19.568)	(27.050)	(19.576)	(29.344)
Receita Antecipada	1.895	-	1.895	-
Receita Diferida	2.008	3.782	1.856	5.123
Caixa líquido gerado nas operações	48.869	26.720	175.003	115.962
IRPJ e CSLL pagos	(6.664)	(37.242)	(6.664)	(37.242)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	42.205	(10.522)	168.339	78.720
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos capitalizados no período	-	(750)	-	-
Compra de participação minoritária	(21.623)	-	(21.623)	-
Dividendos recebidos	71.225	15.224	-	-
JSCP pagos	(14.000)	-	(14.168)	-
Adições de bens para o ativo imobilizado	(1.211)	(455)	(10.598)	(9.886)
Baixas de bens para o ativo intangível	-	6.359	-	8.579
Outras movimentações em investimentos	-	-	-	-
Adições de bens para o ativo intangível	(12.675)	(19.466)	(21.801)	(27.971)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	21.716	912	(68.190)	(29.278)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros pagos	-	(1.287)	-	(1.287)
Arrendamento passivo	(42)	-	(16.321)	(15.141)
Empréstimos e financiamentos	(22.199)	(24.150)	(22.877)	(28.069)
Dividendos pagos	(68.740)	-	(83.046)	-
Transação entre sócios	-	1.716	-	1.716
Aumento de capital	2.318	-	2.318	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(88.663)	(23.721)	(119.926)	(42.781)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(24.742)	(33.331)	(19.777)	6.661
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	106.275	139.606	161.492	154.831
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81.533	106.275	141.715	161.492
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(24.742)	(33.331)	(19.777)	6.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - informações gerais

A AOVS Sistemas de Informática S.A. ("Companhia" ou "Caelum" ou "Alura") foi constituída em 23 de setembro de 2003 como uma sociedade limitada com a denominação AOVS Sistemas de Informática Ltda. e transformada em Sociedade Anônima por ações passando a ser regulada pela Lei das S.A. nº 6.404/76 em 15 de dezembro de 1976. A Companhia está domiciliada na Rua Vergueiro, 3185, 8º andar - Vila Mariana - São Paulo - SP. Tem como objeto social treinamento em informática, edição de livros, comércio varejista de livros, jornais e revistas, gestão de ativos intangíveis não-financeiros, e outras atividades.

Somos 3 Internet Ltda.

Em 2021, com a continuação do plano de desenvolvimento da operação em novo segmento, foi adquirido participação da empresa Somos 3 Internet Ltda. ("PM3"), empresa de educação em Product Management no Brasil, a união das Edtechs tem o objetivo formar programadores e movimentar o mercado de gestão de produtos. A AOVS Sistemas de Informática S.A tornou-se controladora com 49% de participação na empresa PM3. Em 2022, foi adquirida mais 9,99% da PM3, chegando a um total de participação de 58,99%. Em 2024, concluiu a aquisição da totalidade das ações, assumindo 100% da empresa PM3.

Caelum Alura Educacional Ltda.

A Caelum Alura Educacional Ltda. tem como sócia a AOVS Sistemas de Informática S.A., com 100% do seu capital social, que realizará todo e qualquer aporte financeiro que se faça necessário para viabilizar a operação. Já houve a aprovação da Caelum Alura Educacional Ltda. pelo MEC (Ministério da Educação) e a Faculdade começaria a operação em 2022, logo após a assinatura do Ministro da Educação do Brasil. Em agosto de 2022 foi concedida a licença junto ao MEC, porém com a aquisição da FIAP, todos os conteúdos produzidos, bem como os colaboradores da Caelum Alura Educacional, foram transferidos para a FIAP.

VSTP Educação S.A ("FIAP")

Em 30 de setembro de 2022, após aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e a oficialização do *closing* da transação nesta data, foi adquirida a participação e controle de 80% da empresa VSTP Educação S.A ("FIAP"), um conceituado centro universitário em tecnologia, também um colégio (FIAP School) de ensino fundamental, médio e médio técnico, com o intuito de se tornar o maior ecossistema de educação em tecnologia no Brasil.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais

2.1. Base para preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

i) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia considerando o pressuposto da continuidade normal de suas atividades e estão apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos de *stock options* registrados pelo valor justo e quando mencionado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Companhia, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 15 de abril de 2025.

ii) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

iii) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base para preparação e elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas--Continuação

iv) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a: (i) avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; (ii) estimativas para reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito; (iii) a determinação do prazo dos arrendamentos mercantis com razoável certeza de exercer ou não as opções de prorrogações; e (iv) transações com pagamentos baseados em ações (*stock options*); (v) estimativa de bônus a pagar (Nota Explicativa nº 10); (vi) Provisão para riscos e contingências (Nota Explicativa nº 22) e demais riscos para determinação de outras provisões.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

v) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas de 2024 incluem as demonstrações financeiras da AOVS Sistemas de Informática S.A. e suas controladas Caelum Alura Faculdade Ltda., Somos 3 Internet S.A ("PM3"). e VSTP Educação S.A. ("FIAP").

O controle sobre esta entidade é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social desta controlada coincide com o da Companhia.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base para preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

v) Base de consolidação--Continuação

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e não há participação de não controladores em 2022, contudo após as aquisições e obtenção de controle, existe a atribuição a não controladores em 2023.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as participações nas Controladas se apresentavam da seguinte forma:

Investida	Controle	Participação	
		2024	2023
Caelum Alura Faculdade Ltda.	Controlada	100%	100%
Somos 3 Internet S.A. (*)	Controlada	100%	59%
VSTP Educação S.A. (**)	Controlada	80%	80%

(*) Em 25 de outubro foi adquirido 25,63% e em 30 de outubro de 2024 foi adquirido 15,38%, passando a ter 100% da controlada. Os detalhes sobre a operação estão descritos na Nota Explicativa nº 1 e na Nota Explicativa nº 11;

(**) Controle adquirido em 30 de setembro de 2022. Os detalhes sobre a operação estão descritos na Nota Explicativa nº 1 e na Nota Explicativa nº 12.

vi) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos de mútuos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base para preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

vi) Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, conforme Deliberação CVM nº 76 de 22 de dezembro de 2016. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base para preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

vi) Instrumentos financeiros--Continuação

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)--Continuação

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo VJR. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.2. Políticas contábeis, declaração de relevância e julgamentos

i) Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas contábeis, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras combinadas, são divulgadas abaixo:

ii) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2.Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais—Continuação

2.2. Políticas contábeis, declaração de relevância e julgamentos-- Continuação

ii) Classificação circulante e não circulante

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

iii) Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitadas a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social na controladora FIAP, a qual aderiu ao Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Políticas contábeis, declaração de relevância e julgamentos--Continuação

iii) Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

As Instituições de Ensino Superior ("IES") fazem parte do PROUNI, que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Programa de Integração Social ("PIS"), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O IRPJ e a CSLL a pagar da FIAP são calculados com base no lucro tributável, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O IRPJ e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL correntes da FIAP são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.394 de 12 de setembro de 2013 (IN 1.394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096/2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas durante o período de vigência do termo de adesão do COFINS, PIS, CSLL e IRPJ. A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto na IN 1394/13.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Políticas contábeis, declaração de relevância e julgamentos--Continuação

iii) Tributos--Continuação

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS e COFINS é apurado pela alíquota de 1,65% e 7,6%, respectivamente. Vale ainda destacar que a partir 2021 a Companhia passou a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o Imposto sobre Serviços ("ISS") e de acordo com o Município de São Paulo a alíquota é de 2,00%.

iii) Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia avalia prospectivamente a provisão para crédito de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve um aumento significativo do risco de crédito.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

Na FIAP, as estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos 12 meses de suas duplicatas vencidas. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia analisa relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo ano letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos inadimplentes.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Práticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência. A perda esperada de créditos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de créditos esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Reconhecimento e mensuração--Continuação

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base na legislação do IRPJ com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d) Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo dos gastos com as vídeo aulas desenvolvidas, e posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com a sua vida útil - econômica estimada, e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

e) Investimentos em controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. A Companhia possui participações apenas em controladas.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica

"Outros resultados abrangentes"

Combinações de negócios

Combinações de negócios com empresas não relacionadas são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

e) Investimentos em controladas--Continuação

“Outros resultados abrangentes” --Continuação

Combinações de negócios--Continuação

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Em uma combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum, no qual todas as entidades e negócios estejam sob controle comum e são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócio, e esse controle não é transitório, a Companhia adota a prática contábil do custo precedente.

Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

f) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Companhia somente ajusta a valor presente, os juros decorrentes de aluguel de imóvel, considerados como arrendamento, sendo avaliados e reconhecidos no registro inicial os efeitos de ajuste a valor presente, levando em consideração o valor da moeda no tempo e a cada alteração no contrato de locação, gerando assim nova avaliação.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Pagamentos baseados em ações (Stock Options)

A Companhia possui o Plano geral para a outorga de opções de aquisição de ações ("plano"), uma forma de incentivar os colaboradores através de pagamento em ações/quotas, para os seus colaboradores elegíveis, como contrapartida dos serviços prestados. O Plano prevê a outorga de opções para a compra de quotas da Companhia a um preço de exercício a cada lote anual no valor total de R\$1,00 para todas as ações do respectivo lote anual. O valor justo dos serviços dos colaboradores recebidos em troca da outorga de opções é reconhecido como despesas do exercício durante o período no qual o direito é adquirido. A Contrapartida da despesa registrada no resultado é contabilizada no patrimônio líquido, conforme NBC TG (R1) - Pagamentos Baseados em Ações.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, cursos *in company*, mensalidade de cursos de extensão, taxas de serviços e venda de livros. As receitas são registradas quando os serviços são prestados, ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados ao cliente e que representa a satisfação da obrigação de desempenho.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

k) Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

i) *FIES*

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um Programa Federal Instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

O programa tradicional de financiamento do FIES atende alunos com renda familiar de até três salários-mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES.

A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES, que permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. que permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

k) Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo--Continuação

ii) *PROUNI*

O Programa Universidade Para Todos - “PROUNI” (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional.

Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória (“MP”) nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

k) Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo--Continuação

iii) *PROUNI*--Continuação

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (Imposto de Renda) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação ao anos-calendário de 2024 e 2023.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

l) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

E 2022, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, ajustados com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável do Lucro real.

Em 2021, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) foi calculado sobre a base de cálculo de presunção do lucro líquido em relação a receita bruta (32% para os serviços prestados, 8% para as revendas e 100% das receitas financeiras) com base nas alíquotas vigentes 15% para o IRPJ e 10% para o adicional do IRPJ (O adicional é calculado apenas quando a base de presunção exceder R\$240.000 ao ano). A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi calculada sobre a base de presunção do lucro líquido em relação a receita bruta (32% para os serviços prestados, 12% para as revendas e 100% das receitas financeiras) com base na alíquota vigente 9% para a CSLL.

m) Impostos e contribuições

As alíquotas regulares de PIS e Cofins, nestes casos, são de 1,65% e 7,6% para 2022 e 0,65% e 3% para 2021.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento NBC TG 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

o) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 - inciso VII da Lei nº 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido (prejuízo) do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). Para os resultados de 2024 e 2023, as ações continuam efetivamente livres, disponíveis e passíveis de circulação. Para o cálculo do lucro por ação diluído, está sendo considerado as ações outorgadas no novo plano de ações.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

p) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

q) Riscos de contingências - provisionamento

Em situações em que se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil destes riscos, a Administração da Companhia adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, que aborda os procedimentos relativos a provisões, passivos e ativos contingentes.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Práticas contábeis materiais--Continuação

p) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

q) Riscos de contingências - provisionamento

Em situações em que se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil destes riscos, a Administração da Companhia adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, que aborda os procedimentos relativos a provisões, passivos e ativos contingentes.

Dentro desta linha, em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente. Em casos raros, como em um processo judicial, por exemplo, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Companhia adota como política do reconhecimento inicial, apenas quando:

- Tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultados de evento passado;
- É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação;
- O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Durante o exercício de 2024 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2024:

A Alura aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;

b) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e práticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

c) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

d) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

e) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2024. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1	1	1	1
Bancos	5.390	304	5.785	1.048
Aplicações financeiras	76.142	105.970	135.929	160.443
Total	81.533	106.275	141.715	161.492

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. O seu valor aplicado pode ser resgatado a qualquer momento, sem perda substancial do valor, sem comprometer o impacto sobre sua liquidez. São representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco e que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa média de rentabilidade das aplicações foi de 104% do CDI. As cotas dos fundos atingiram a taxa média de 109% do CDI.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	-	-	5.753	4.172
Duplicatas a receber	69.218	59.362	239.647	204.082
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(7.599)	(5.443)	(55.200)	(53.562)
Total	61.619	53.919	190.200	154.692
Circulante	61.619	53.919	159.458	140.280
Não circulante	-	-	30.742	14.412
Total	61.619	53.919	190.200	154.692

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

A segregação de contas a receber de clientes por vencimento está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	60.036	2.429	204.361	92.028
Vencidos				
De 01 a 30 dias	1.357	25.383	5.693	37.026
De 31 a 90 dias	876	20.778	6.560	28.499
De 91 a 180 dias	43	3.233	5.957	11.076
Acima de 181 dias	6.906	7.539	22.829	39.626
Perdas esperadas de crédito (i)	(7.599)	(5.443)	(55.200)	(53.563)
Total	61.619	53.919	190.200	154.692

(i) Como forma de análise complementar a Administração elaborou uma política para a provisão referente às Perdas Esperadas de Crédito- PEC da Controladora, levando em consideração a relação entre dias dos títulos vencidos em aberto e a porcentagem determinada na tabela abaixo:

O saldo de contas a receber da Companhia refere-se substancialmente a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos e cartões de créditos, provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino, bem como da venda de cursos online.

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada.

Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e estão de acordo com as diretrizes do CPC 48 Instrumentos Financeiros.

Controladora	% de provisão de perda
Vencidos	
Acima de 721 dias	100%
361 a 720 dias	50%
181 a 360 dias	20%
61 a 180 dias	15%
31 a 60 dias	10%
01 a 30 dias	5%

Desta maneira e de acordo com estudo da Administração da Companhia, cada conjunto de dias passados há um aumento no valor a ser provisionado e após dois anos permanecendo inadimplentes e com chances remotas de recuperação deste.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

Controlada FIAP	Graduação	Graduação estendida	MBA	MBA estendido	FIAP SCHOOL
Vencidos					
> 730 dias	70%	56%	48%	48%	76%
de 366 a 730 dias	55%	49%	36%	36%	67%
de 271 a 365 dias	40%	44%	37%	37%	46%
de 211 a 270 dias	38%	32%	41%	41%	55%
de 181 a 210 dias	47%	36%	44%	44%	70%
de 121 a 180 dias	47%	58%	31%	31%	7%
de 91 a 120 dias	33%	46%	32%	32%	47%
de 61 a 90 dias	54%	52%	36%	36%	56%
de 31 a 60 dias	48%	61%	36%	36%	50%
até 30 dias	50%	45%	45%	45%	49%
A vencer					
> 730 dias	0%	0%	0%	0%	0%
de 366 a 730 dias	0%	0%	0%	0%	0%
até 365 dias	18%	36%	33%	33%	18%

Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e estão de acordo com as diretrizes do CPC 48 Instrumentos Financeiros.

Movimentação das perdas esperadas com créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(5.443)	(1.895)	(53.563)	(38.760)
Adições	(2.156)	(3.548)	(1.637)	(14.803)
Saldo final	(7.599)	(5.443)	(55.200)	(53.563)

5. Adiantamentos

5.2. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente aos adiantamentos para os profissionais autônomos (professores) conforme acordo previsto em contrato firmado entre as partes. A Companhia efetua adiantamentos e os professores autônomos emitem as notas fiscais quando prestam os serviços ou na entrega do curso pronto. Eventualmente são realizados adiantamento a fornecedores de mercadorias.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

5. Adiantamentos--Continuação

Os adiantamentos estão segregados por filial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Filial São Paulo - controladora	635	420
Total controladora	635	420
Controladora	635	420
Caelum Alura Educacional - controlada	47	47
Somos 3 Internet S.A. - controlada	429	1.565
VSTP Educação S.A – controlada	2044	
Total consolidado	3.155	2.032

5.3. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes são recebimentos antecipados de alunos dos cursos adquiridos, antes do início do treinamento, de matrículas e mensalidades. O reconhecimento da receita ocorre assim que os cursos iniciam e são emitidas as notas fiscais concomitantemente ao início deste curso, que são ministrados (curso presencial) ou disponibilizado na plataforma (curso on line).

O saldo relacionado a receita diferida são cursos vendidos, porém ainda não realizados e sendo assim ainda não cumpridas as obrigações de desempenho alocadas em contrato, o plano da realização dos cursos iniciou em janeiro de 2024 abrangendo até fevereiro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita diferida	34.281	32.273	35.470	33.614
Receitas Antecipadas	1.895	-	1.895	-
Adiantamento de clientes	354	297	12.685	11.696
Saldo final	36.530	32.570	50.050	45.310

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

6. Impostos a recuperar

Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recuperar	1.218	1.136	1.218	1.137
IRRF a recuperar	3.793	2.979	6.245	3.603
CSLL a compensar	6.665	6.116	7.459	6.778
IRPJ a compensar	18.925	15.599	20.600	17.103
PIS a compensar	415	58	591	58
Cofins a compensar	1.924	270	2.738	271
Outros impostos a recuperar	3	2	3	2
Saldo final	32.943	26.160	38.854	28.952

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

a) Composição do Imobilizado

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2024			31/12/2023			31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	74	(50)	24	73	(44)	29	1.486	(50)	1.436	996	(44)	952
Computadores e periféricos	20	5.567	(3.038)	2.529	4.539	(2.219)	2.320	12.151	(3.155)	8.996	9.894	(2.288)	7.606
Aparelhos de telefonia	20	45	(12)	33	12	(10)	2	45	(12)	33	12	(10)	2
Equipamentos e acessórios	10	36	(23)	13	36	(20)	16	36	(23)	13	36	(20)	16
Móveis e utensílios	10	503	(370)	133	525	(345)	180	4.507	(378)	4.129	3.299	(349)	2.950
Benfeitorias	20	802	(172)	630	659	(135)	524	7.533	(243)	7.290	5.865	(179)	5.686
Biblioteca		-	-	-	-	-	-	71	-	71	100	-	100
Equipamentos de projeção		-	-	-	-	-	-	1.562	(521)	1.041	1.367	(423)	944
Outros		-	-	-	-	-	-	857	(408)	449	681	(335)	346
Total		7.027	(3.665)	3.362	5.844	(2.773)	3.071	28.248	(4.790)	23.458	22.250	(3.648)	18.602

O ativo imobilizado da Companhia está livre de garantias ou penhor.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

b) A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

Controladora

Controladora					
Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	29	2	-	(6)	25
Computadores e periféricos	2.321	1.028	-	(819)	2.530
Aparelhos de telefonia	1	34	-	(2)	33
Equipamentos e acessórios	15	-	-	(4)	11
Móveis e utensílios	181	4	(26)	(26)	133
Benfeitorias em imóveis	524	143	-	(37)	630
Total	3.071	1.211	(26)	(894)	3.362

Controladora					
Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	35	-	-	(6)	29
Computadores e periféricos	2.621	443	-	(743)	2.321
Aparelhos de telefonia	2	-	-	(1)	1
Equipamentos e acessórios	19	-	-	(4)	15
Móveis e utensílios	226	-	-	(45)	181
Benfeitorias em imóveis	559	-	-	(35)	524
Total	3.462	443	-	(834)	3.071

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1.010	687	(19)	(188)	1.490
Computadores e periféricos	7.609	3.992	(310)	(2.293)	8.998
Aparelhos de telefonia	1	38	-	(2)	37
Equipamentos e acessórios	16	-	-	(4)	12
Móveis e utensílios	2.952	1.734	(59)	(496)	4.131
Benfeitorias em imóveis	5.683	3.729	-	(2.125)	7.287
Biblioteca	101	-	-	(29)	72
Equipamentos de projeção	855	242	(47)	(98)	952
Outros	375	176	-	(72)	479
Total	18.602	10.598	(435)	(5.307)	23.458

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

b) A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:--Continuação

Consolidado--Continuação

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	1.146	329	(547)	82	1.010
Computadores e periféricos	5.376	4.708	(1.978)	(497)	7.609
Aparelhos de telefonia	2	-	-	(1)	1
Equipamentos e acessórios	20	-	-	(4)	16
Móveis e utensílios	3.016	1.425	(1.550)	61	2.952
Benfeitorias em imóveis	4.494	3.129	(2.978)	1.038	5.683
Biblioteca	139	-	-	(38)	101
Equipamentos de projeção	965	178	(271)	(17)	855
Outros	308	118	-	(51)	375
Total	15.466	9.887	(7.324)	573	18.602

O grupo de benfeitorias corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nas unidades, após a validação e finalização das obras para utilização do espaço e depreciados conforme contrato de locação.

8. Arrendamentos

A Companhia adotou em suas informações contábeis a NBC TG 06 (R2) e reconheceu nas contas do ativo direito de uso e de arrendamentos a pagar conforme a seguir:

a) Ativos de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	912	1.360	59.579	58.005
(+) Adições por novos contratos e remensurações	-	-	4.523	15.733
(-) Baixas	(872)	-	(872)	(1.072)
(-) Amortização/ depreciação	(40)	(448)	(12.294)	(13.087)
Saldo final	-	912	50.936	59.579

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

8. Arrendamentos--Continuação

b) Passivos de arrendamento

Valores a pagar de arrendamentos	Consolidado	
	31/12/2024	
2025	18.631	
2026	18.942	
2027	10.196	
Acima de 2027	28.144	
Total	75.913	

Juros a apropriar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores para liquidação em até 12 meses – passivo circulante	-	28	5.113	5.662
Valores para liquidação após 12 meses – passivo não circulante	-	-	13.609	17.595
Total	-	28	18.722	23.257
Arrendamento a pagar, líquido	-	1.033	57.191	64.264
Circulante	-	114	13.518	7.507
Não circulante	-	919	43.673	56.757

Movimentação de arrendamentos a pagar

Movimentação de arrendamentos a pagar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em 1o de janeiro de 2023	1.033	1.360	64.261	58.004
(-) Contraprestação paga	(42)	(360)	(16.321)	(15.140)
(+) Adições por novos contratos e remensurações	-	-	4.523	15.733
(-) Baixas	(991)	-	(991)	-
(+) Juros apropriados no período	-	33	5.719	(1.072)
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.033	57.191	57.525

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

8. Arrendamentos--Continuação

Valores reconhecidos no resultado

Valores reconhecidos no resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	40	463	12.254	12.883
Despesas com juros de passivos de arrendamento	-	33	5.719	5.703
Créditos de PIS e COFINS sobre arrendamento (i)	-	-	-	-
Total	40	496	17.973	18.586

(i) A Companhia não tem receita (ou ainda expectativa de geração de receitas) tributadas por PIS e COFINS no regime não cumulativo. Dessa forma, na avaliação da Administração não há potencial de créditos de PIS e COFINS decorrentes das contraprestações pagas dos contratos de arrendamentos.

A Companhia não possui despesas com locações referentes aos itens de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outras considerações

A seguir, são apresentados os saldos comparativos de arrendamentos a pagar do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

Fluxos estimados de pagamentos corrigidos pela inflação

	2025	2026	2027	Acima de 2027	Arrendamento a pagar
IGP-M (*)	5,62%	4,55%	4,00%	4,00%	
Inflação	1.047	862	408	1.126	3.443
Fluxo inflacionado	19.678	19.804	10.604	29.270	79.356

(*) Inflação projetada.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

9. Intangível

a) Composição e movimentação do intangível

Controladora

Descrição	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Sistemas e aplicativos	80	-	-	(19)	-	61
Projetos	10.383	-	-	(8.150)	13.091	15.324
Projetos em andamento	4.504	12.675	-	-	(13.091)	4.088
Total	14.967	12.675	-	(8.169)	-	19.473

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Sistemas e aplicativos	-	93	-	(12)	-	80
Projetos	4.791	-	(1.577)	(9.705)	16.874	10.383
Projetos em andamento	9.286	16.874	(4.782)	-	(16.874)	4.504
Total	14.077	16.967	(6.359)	(9.717)	-	14.967

Consolidado

Descrição	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Projetos	11.612	5.796	-	(10.905)	14.646	21.139
Projetos em andamento	7.299	16.005	-	-	(14.646)	8.658
Marcas	15	-	-	-	-	15
Softwares	1.593	-	(87)	(149)	-	1.357
Ágio por rentabilidade futura	197.190	-	-	-	-	197.190
Mais valia - Marcas	39.502	-	-	(4.633)	-	34.869
Mais valia - Relacionamento com clientes	10.164	-	-	-	-	10.164
Mais valia - Licença MEC Graduação	89.796	-	-	-	-	89.796
Mais valia - Licença MEC MBA	28.595	-	-	-	-	28.595
Diferido Mais Valia	2.425	-	-	-	-	2.425
Total	388.191	21.801	(87)	(15.687)	-	394.208

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

Vida útil estimada dos projetos

Ano Inclusão	Vida Útil Estimada (Anos)	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2022
2019	2,25	4.769	(4.712)	57
2020	2,25	81	(1)	80
2020	3,1	3.520	(1.643)	1.877
2021	3,8	4.437	(638)	3.799
2022	3,6	1.750	(2.690)	(940)
2023	3,6	7.588	2.506	10.094
Total		22.145	(7.178)	14.967

Em relação ao cálculo da vida útil dos ativos intangíveis, a Administração adotou como procedimento contábil o registro dos projetos de cursos no ativo, baseado na capitalização de custos incorridos no seu desenvolvimento, conforme orientação do CPC 04: Ativo Intangível, e consequentemente, para o tratamento dessa adoção contábil, a sua amortização. Como premissa adotada no prazo de amortização dos projetos ativados, foi utilizado o cálculo baseado no tempo médio que um curso fica disponível para consumo na sua plataforma, até sua baixa (saída da plataforma).

Para os projetos iniciados no exercício de 2024 e 2023, a taxa de amortização utilizada foi de 26 meses.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

10. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	2.867	2.363	7.108	6.053
Pró-labore a pagar	-	188	31	241
Bônus a pagar (a)	3.030	2.951	3.364	5.814
INSS a recolher	1.386	1.230	3.915	3.367
FGTS a recolher	349	376	1.981	1.092
IRRF sobre salário a recolher	1.467	1.164	1.583	1.245
Contribuição assistencial a recolher	-	-	3	2
PIS a recolher	455	115	455	115
Rescisões a pagar	26	17	26	19
Cofins a recolher	2.136	538	2.136	538
Provisões de férias (b)	4.638	4.076	9.632	8.627
INSS sobre provisão de férias (b)	1.220	1.097	2.508	2.268
FGTS sobre provisão de férias (b)	371	334	770	697
Empréstimo consignado	2	-	134	95
Outras Obrigações	-	-	152	11
Total	17.947	14.449	33.798	30.184
Circulante	17.947	14.449	33.798	30.184
Não circulante	-	-	-	-
Total	17.947	14.449	33.798	30.184

(a) Bônus a pagar

A Administração definiu métricas para o pagamento de Bônus aos funcionários e diretores para a exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 na Controladora, sendo que os pagamentos serão realizados durante o exercício subsequente. As métricas e parâmetros para o pagamento de bônus continuam os mesmos realizados em períodos anteriores. Desde 2020 a Administração decidiu realizar uma provisão orçamentária, haja vista que é uma despesa relativa ao ano de 2020 e um procedimento contábil-orçamentário mais coerente.

(b) Provisões de férias

Foram registradas as provisões de férias constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	1.467	1.005	2.272	1.685
IRPJ a recolher	14.967	9.570	15.473	9.663
CSLL a recolher	5.697	3.714	5.906	3.747
PIS a recolher	-	-	78	64
COFINS a recolher	-	-	367	305
IRRF sobre JSCP	433	1.287	433	1.287
IRRF s/ folha pagamento	-	-	2.441	2.045
Outros	109	56	256	122
Total	22.673	15.632	27.226	18.918

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre faturamento	1.467	1.005	2.717	2.054
Tributos sobre folha	-	-	2.441	2.045
Tributos sobre o lucro	20.664	13.284	21.379	13.410
Tributos sobre terceiros	542	1.343	689	1.409
Total	22.673	15.632	27.226	18.918

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Investida	Controle	Participação	Controladora	
			2024	2023
Caelum Alura Faculdade Ltda.	Controlada	100%	323	370
Somos 3 Internet S.A.	Controlada	100%	29.747	29.411
VSTP Educação S.A. ("FIAP")	Controlada	80%	449.136	426.447
Total			479.206	456.228

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

Composição detalhada - Controladora em 31 de dezembro de 2024

Participação	Caelum Alura 100%	Somos 3 100%	VSTP ("FIAP") 80%	Total 2024	2023
Investimento	323	9.469	106.375	116.168	88.556
Ágio na aquisição	-	16.888	180.302	197.190	197.190
Mais valia – Marcas	-	2.896	42.533	45.429	45.429
Mais valia - Relacionamento com clientes	-	-	10.164	10.164	10.164
Mais valia - Licença MEC Graduação	-	-	89.796	89.796	89.796
Mais valia - Licença MEC MBA	-	-	28.595	28.595	28.595
(-) Amortização de mais valia	-	(396)	(10.164)	(10.560)	(5.927)
Diferido Mais Valia	-	889	1.536	2.425	2.425
Total	323	29.746	449.137	479.206	456.228

Caelum Alura Faculdade Ltda.

Em 2020 a Companhia abriu uma nova entidade a Caelum Alura Faculdade Ltda., para atuação no mercado de cursos superiores (graduação) e especialização tendo aportado inicialmente em 2020 R\$10.000 como única acionista e majoritária, para 2021 o aporte total foi de R\$3.000 e em 2022 o montante aportado foi de R\$6.350, totalizando um capital social de R\$9.350 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possui 100% das ações e possui controle total da entidade.

Somos 3 Internet S.A.

Em 25 de fevereiro de 2021 a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Somos 3 Internet Ltda. para a aquisição de participação societária equivalente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 31 de julho de 2021. O valor total da aquisição foi de R\$14.113.

O valor pago pela Companhia na aquisição de 49% das ações da PM3 foi avaliado por laudo de alocação conforme o quadro abaixo:

Descrição	100%	49%
Patrimônio Líquido em agosto de 2021	1.337	655
Marca	5.909	2.896
Valor justo dos ativos líquidos	7.246	3.551
Custo total de aquisição	-	14.113
Parcela não alocada	-	10.562

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

Somos 3 Internet S.A.--Continuação

Vale mencionar que no laudo a marca PM3 foi avaliada com vida útil finita de 25 anos, que equivale a obter resultados similares aos obtidos com perpetuidade e, portanto, está sendo realizada amortização de mais valia conforme determina o CPC.

Em 10 de novembro de 2022, a Companhia firmou novo acordo de investimento com o ex-acionista Dan Mark Printes da Somos 3 Internet S.A. para a aquisição de mais participação societária, totalizando 58,99% do capital social total, tornando-se sócia majoritária. O valor total da aquisição foi de R\$6.931. Vale mencionar que foi reconhecido ágio sobre aquisição desta parcela de R\$6.101.

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia firmou um acordo de investimento com o ex-acionista Bruno Pereira Coutinho, para a aquisição total da participação societária do ex-acionista de 15,38%. O preço pela aquisição foi de R\$12.000.

Descrição	100%	15,38%
Patrimônio Líquido em setembro de 2024	19.296	2.968
Custo total de aquisição	-	12.000
Ajuste de avaliação patrimonial (ágio)	-	9.032

Em 25 de novembro de 2024, a Companhia firmou um acordo de investimento com o ex-acionista da PM3, Marcell Amorim Almeida Mesquita, para a aquisição total da participação societária de 25,63%. O pagamento ocorreu através de aquisição de participação e permuta de ações, equivalente a 15.546 ações da Companhia, sendo à participação societária final na Companhia em 1,18%. A transação formalizou a participação total da Companhia na Somos 3 em 100% do Capital Social em tal data.

Descrição	100%	25,63%		
		Troca	Venda	Total
Patrimônio Líquido em outubro de 2024	19.955	3.018	2.097	
Custo total de aquisição	-	4.056	9.623	
Custo ações	-	-	2.097	
Capital subscrito na Alura		(38)		
Ágio na emissão de ações	-	(4.018)	-	
Ajuste de avaliação patrimonial (ágio)	-	1.038	7.526	8.564

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

Somos 3 Internet S.A.--Continuação

Essas aquisições adicionais, por terem sido realizadas entre acionistas, não se enquadram como combinação de negócios e, portanto, não gerou ágio adicional. A mais valia entre a contraprestação negociada e os ativos líquidos da PM3 foi registrada em conta de Patrimônio Líquido (ajuste de avaliação patrimonial), no montante de R\$ 17.596.

VSTP Educação S.A. ("FIAP")

Em 21 de julho de 2022, a Companhia firmou um acordo de investimentos, o qual estabelece os termos e as condições para a aquisição das ações referentes a 80% do capital social total e votante da FIAP. O fechamento da transação estava sujeito a determinadas condições precedentes, dentre as quais a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A transação foi finalizada em 30 de setembro de 2022, quando a Companhia assumiu 80% do controle da FIAP, mediante a assinatura do termo de fechamento. O preço total de aquisição foi de R\$377.806, o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo equivalente a 100% da variação positiva do CDI, da data de fechamento até a data do efetivo pagamento.

O valor pago pela Companhia na aquisição de 80% das ações da FIAP foi avaliado por laudo de alocação conforme o quadro abaixo:

Descrição	100%	80%
Patrimônio Líquido em setembro de 2022	25.654	20.523
Mais valia - Marca	53.166	42.533
Mais valia - Relacionamento com clientes	12.705	10.164
Mais valia - Licença MEC Graduação	112.245	89.796
Mais valia - Licença MEC MBA	35.743	28.595
Valor justo dos ativos líquidos	239.513	191.611
Custo total de aquisição	-	377.806
Parcela não alocada	-	186.194
(-) Ajuste a valor presente (*)	-	(4.568)
Parcela não alocada a valor presente	-	181.626

O saldo remanescente a pagar pela aquisição da VSTP é de R\$ 40.000 em 31 de dezembro de 2024.

(*) A taxa utilizada no cálculo de AVP foi de 2,9% a.a. no aniversário de vencimento das parcelas, sendo 30 de setembro dos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

VSTP Educação S.A. ("FIAP")--Continuação

Vale mencionar que para o relacionamento com clientes da FIAP foi estimada vida útil remanescente de 2,25 anos, e, portanto, está sendo realizada amortização conforme determina o CPC 04, de ativo intangível. A marca e as licenças do MEC para Graduação e MBA não possuem vida útil definida. Ainda, de acordo com o CP 15, foi contratada empresa terceira especializada para apuração e fundamentação da mais valia e ágio.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

b) Informações sobre os investimentos

Investida	Participação	Controladora									2024
		2023	PL da Investida	Resultado do exercício	Resultado de equivalência	Aumento de capital	Ajuste Partic. 2023	(-) Mais Valia	Diferido Mais Valia	Dividendos	
Caelum Alura Faculdade Ltda	100%	371	323	(27)	(27)	(19)	-	-	-	-	325
Somos 3 Internet Ltda ("PM3") *	100%	29.410	9.469	7.929	6.369	-	7.473	(396)	889	(14.000)	29.745
VSTP Educação S.A. ("FIAP")	80%	426.447	132.970	104.334	84.433	-	-	(10.164)	1.536	(53.116)	449.136
Total		456.228	142.762	112.236	90.775	(19)	7.473	(10.560)	2.425	(67.116)	479.206

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

c) A movimentação dos investimentos é como segue

	Caelum Alura Faculdade Ltda.	VSTP Educação S.A.	Somos 3 Internet Ltda	Total
Saldo no início do exercício	370	79.167	9.017	88.556
Aquisição de investimento	-	-	8.082	
Resultado de equivalência patrimonial	(27)	83.467	6.116	89.555
Plano de opções de ações		966	254	1.220
Dividendos distribuídos		(57.225)	(14.000)	(71.225)
Saldo no fim do exercício	323	106.376	9.469	116.168

- (i) Em 10 de novembro de 2022, foi realizada transação entre sócios na qual a controlada PM3, efetuou a recompra de 36.900 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal do ex-sócio Dan Mark Printes, para permanência em tesouraria, e o imediato cancelamento das mesmas, sem redução do capital social. O montante pago referente a recompra das ações pela controlada PM3, foi de R\$1.996, registrado diretamente como redução de seu patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, consequentemente, o patrimônio líquido da Controladora também foi impactado com redução proporcional à sua participação na data dessa transação, que representa R\$1.178 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) Em 30 de outubro de 2024, a Companhia firmou um acordo de investimento com o ex-acionista Bruno Pereira Coutinho, para a aquisição total da participação societária do ex-acionista de 15,38%. O preço pela aquisição foi de R\$12.000.
- (iii) Em 25 de novembro de 2024, a Companhia firmou um acordo de investimento com o ex-acionista da PM3, Marcell Amorim Almeida Mesquita, para a aquisição total da participação societária de 25,63%. O pagamento ocorreu através de aquisição e permuta de ações, sendo o preço total objeto das ações equivalente a R\$27.484. O montante de R\$ 9.263 foi pago em dinheiro e o montante equivalente a R\$ 17.861 foi liquidado por meio de permuta de 15.546 ações da Companhia (equivalente à participação societária final da Companhia em 1,18%). A transação formalizou a participação total da Companhia na Somos 3 em 100% do Capital Social.

13. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar FIAP	40.641	71.514	40.641	71.511
Contas a pagar PM3	11.880	-	11.880	-
Juros a pagar	-	102	-	102
(-) Ajuste a valor presente	(647)	(2.166)	(647)	(2.166)
Seguros a pagar	-	473	-	473
Outras contas a pagar	-	-	214	225
Total	51.874	69.923	52.088	70.145
Circulante	51.874	35.858	52.088	36.083
Não circulante	-	34.065	-	34.062
Total	51.874	69.923	52.088	70.145

- (a) Contas a pagar em decorrência da aquisição de 80% da Controlada FIAP. Do preço de transação, 75% foi pago no ato e 25% correspondente a R\$94.451, será pago em 3 parcelas iguais e anuais, sendo a primeira devida na data do primeiro aniversário na data do fechamento da operação e as demais no segundo e terceiro aniversários da data de fechamento, que correspondem às datas de 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. O saldo devedor é atualizado pelo equivalente a 100% da variação positiva do CDI, calculado da data de fechamento até o seu efetivo pagamento;
- (b) O ajuste a valor presente foi calculado com taxa de 2,9% nas datas de vencimento das parcelas, sendo 30 de setembro dos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	164.731	164.833
Novas debêntures a pagar	-	652
(-) Custos a amortizar de debêntures	(678)	24.251
Pagamentos efetuados	(22.199)	(25.005)
Juros sobre debêntures a pagar	21.337	-
Total	163.191	164.731
Circulante	37.898	29.517
Não circulante	125.293	135.214
Total	163.191	164.731

1ª Emissão de debêntures

Em 18 de agosto de 2022, a Companhia realizou a 1ª emissão de 160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$160.000 na data de emissão, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação a totalidade das debêntures, formalizada por meio do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real a ser convolada na espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, aditado em 20 de setembro de 2022. Os recursos obtidos serão destinados para a aquisição de participações societárias.

As debêntures possuem vencimento em 15 de setembro de 2027, e sua remuneração incidirão juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros acrescidos de sobretaxa equivalente a 2,90% a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão. A amortização do saldo se dará semestralmente, com carência de 24 meses, sendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2024, portanto, o saldo devedor, na sua integralidade, está registrado no passivo não circulante.

Restrições contratuais

A Companhia possui cláusulas restritivas nas debêntures ("covenants"), que podem requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento. No exercício de 2022 e 2023, a Companhia cumpriu determinadas cláusulas de covenants conforme descrito abaixo:

- Índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,50.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é representado por 1.318.432 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 169.112.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está dividido entre os acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Número de ações ordinárias 2024	% participação 2024	Número de ações ordinárias 2023	% participação 2023
Crescera Growth Capital Master V	434.251	32,94%	434.251	33,39%
Seek International Investments Pty. Ltd	486.714	36,92%	486.714	37,43%
BR Education Ventures	106.686	8,09%	106.686	8,20%
BR Education Ventures Alura Fundos	17.067	1,29%	17.067	1,31%
Guilherme de Azevedo Silveira	108.082	8,20%	108.082	8,31%
Paulo Eduardo Azevedo Silveira	108.082	8,20%	108.082	8,31%
Sergio Luis Lopes Junior	18.983	1,44%	16.794	1,29%
Marcell Amorim Almeida Mesquita	15.546	1,18%	-	-
Nico Steppat	8.720	0,66%	8.720	0,67%
Adriano Henrique de Almeida	3.216	0,24%	3.216	0,25%
Claudio Abbate Silveira	3.028	0,23%	3.028	0,23%
Pedro Cecchini Lopes	2.518	0,19%	2.518	0,19%
Gustavo Teruo Fujimoto	2.253	0,17%	2.253	0,17%
Thiago Rached Pereira	1.481	0,11%	1.481	0,11%
Christian Paul Velasco Algaranaz	1.319	0,10%	1.174	0,09%
Julia Romeiro Fernandes Chagas	486	0,04%	369	0,03%
Total	1.318.432	100%	1.300.435	100%

Com relação a reserva de lucros, a administração irá propor à assembleia a destinação referente ao excesso em relação ao capital social em 31 de dezembro de 2024.

- Em 30 de abril de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia em R\$17.000, equivalentes a 85% do montante destinado ao Pagamento JCP no exercício de 2023, o qual foi subscrito na presente data, pelos acionistas da Companhia, na proporção das participações detidas no capital social, de modo que o capital social passou de R\$ 149.756 para R\$ 166.756, mantendo-se dividido em 1.300.435 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social -- Continuação

- Em 1 de julho de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital no valor de R\$2.318 e homologação simultânea com a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, onde foi assinado o “Instrumento Particular de Subscrição de Ações, Penhor de Ações, Outorga de Opções e Outros Pactos – Contrato de Subscrição” com determinados acionistas da Companhia, de modo que o capital social passou de R\$ 166.756 para R\$ 169.047, mediante a emissão de 2.451 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, assim precificadas e subscritas pelos acionistas:
 - o 2.189 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,94575 por ação, totalmente subscritas pelo acionista Sérgio Luis Lopes Júnior
 - o 117 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,94575 por ação, totalmente subscritas pelo acionista Julia Romeiro Fernandes Chagas
 - o 145 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,94575 por ação, totalmente subscritas pelo acionista Christian Paul Velasco Algaranaz
- Em 25 de novembro de 2024, a Companhia firmou um acordo de investimento com o ex-acionista da PM3, Marcell Amorim Almeida Mesquita, para a aquisição total da participação societária de 25,63%. O pagamento ocorreu através de permuta de ações, representando à participação societária na Companhia de 1,18% com valor equivalente de R\$4.056, e pagamento em dinheiro no montante de R\$ 9.263. A transação formalizou a participação total da Companhia na Somos 3 em 100% do Capital Social dessa controlada.
- Em 25 de novembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, mencionado no tópico acima, bem como a aprovação de aumento de capital em R\$38e homologação simultânea com a emissão de novas ações decorrentes de contribuições em bens e direitos. Nesta data, o capital social da Companhia passa de R\$ 169.074 para R\$ 169.112, mediante a emissão de 15.546 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 2,43181525794417 reais por ação, totalmente subscritas pelo Sr. Marcell Amorim Almeida Mesquita

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art.193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício social em que a soma do saldo da reserva legal e do valor alocado em reservas de capital da Companhia exceder a 30% (trinta por cento) do capital social integralizado da Companhia, a Companhia não está obrigada a aplicar parte dos lucros líquidos para a formação de reserva legal.

Em 2024, o valor de reserva legal foi constituído no montante de R\$6.516 (R\$5.173 em 2023).

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

Dividendos a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	130.314	103.463
(-) Reserva legal (5%)	(6.516)	(5.173)
(-) Base de cálculo dos dividendos	123.798	98.290
% de aplicação	25%	25%
Total dividendos a pagar	30.950	24.573
Dividendos a pagar revertido do ano anterior (i)	-	(16.455)
Total dividendos mínimos	30.950	24.573
JSCP	21.000	20.000
Dividendos	116.000	4.573

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram efetuadas as seguintes movimentações de saldos de dividendos:

Em 31 de março de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, com base no balanço da Companhia levantado em 31 de março de 2024, o montante de R\$ 5.000 o qual foi pago durante o exercício e deduzido dos dividendos mínimos obrigatórios;

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

- Em 30 de abril de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária, os acionistas aprovaram a destinação de R\$ 20.000 aos acionistas da Companhia, a título de juros sobre capital próprio;
- Em 30 de junho de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, com base no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2024, o montante de R\$ 6.000 o qual foi pago durante o exercício e deduzido dos dividendos mínimos obrigatórios;
- Em 1 de julho de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos o aos acionistas da Companhia, com base no balanço da Companhia levantado em 1 de julho de 2024, o montante de R\$ 116.000. Destaca-se que dos R\$116.000, R\$5.860 refere-se ao montante de dividendos mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023 e R\$62.880 referente ao exercício de 2024 e o saldo de R\$47.260 foi pago em 08 de janeiro de 2025;
- Em 30 de setembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, com base no balanço da Companhia levantado em 30 de setembro de 2024, o montante de R\$ 4.250; e
- Em 31 de dezembro de 2024, foi apurado e proposto pagamento do montante de R\$ 5.750 à título de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2024.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A AOVS efetuou a compra de participação em controlada conforme demonstrado abaixo. Essa aquisição por ter sido realizada entre acionistas, não se enquadra como combinação de negócios e, portanto, não gerou ágio. A mais valia entre a contraprestação negociada e os ativos líquidos da Controladas foi registrado no Patrimônio Líquido como ajuste de avaliação patrimonial.

Controladas	Data	Ágio
Somos 3	Set/2024	8.564
Somos 3	Out/2024	9.033
		<u>17.597</u>

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

e) Pagamento baseado em ações

Em 07 de abril de 2021 foram aprovadas em AGE as condições gerais do novo plano geral para a outorga de opções de aquisição de ações da Companhia ("Novo Plano"), sendo elegíveis para participar como beneficiários da opção, empregados e administradores da Companhia e o montante de ações oferecidas não excederá 4% da totalidade das ações de emissão da Companhia. Cada beneficiário adquirirá o direito de comprar 20% do lote total de ações (lote anual) a cada período de 12 meses ao longo do período total de 5 anos, sendo cada período considerado com um período aquisitivo.

A posição das opções outorgadas em aberto é mostrada a seguir:

Ano	2023	2024
Opções não exercidas em 31/12/2023	84.197	84.997
(+) Outorgas - 07/04/2021	4.500	-
(-) Exercícios	-	-
(-) Abandonos/prescrição	(3.700)	(1.250)
Opções não exercidas em 31/12/2024	84.997	83.747

Para apuração do valor justo a Companhia utilizou o método Binomial (IFRS 2 - Calculation Provisional Valuation), considerando os seguintes parâmetros: preço atual da ação, dias de expiração do plano, rendimentos de dividendos, volatilidade e taxas de juros. No exercício de 2024 foi reconhecida despesa de R\$ 1.665 (R\$2.503 em 2023).

Em 10 de maio de 2024, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, os acionistas aprovaram a indicação de novos beneficiários do Plano Geral para a Outorga de Opções de Aquisição de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2021

f) Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício atribuível aos acionistas no exercício findo em 31 de dezembro 2024 e 2023 e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

A Companhia possui instrumentos de stock options decorrente do novo plano de ações, conforme descrito na letra (d) acima, com potencial de diluição do resultado por ação.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

f) Lucro básico e diluído por ação -- Continuação

O lucro básico por ação está demonstrado, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	130.315	103.463
Quantidade de ações em circulação no exercício (excluindo ações em tesouraria)	1.318.432	1.300.435
Lucro básico por ação - em R\$	98,84	79,56

O lucro diluído por ação está demonstrado, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	130.315	103.463
Quantidade de ações em circulação e outorgadas no novo plano	1.385.432	1.385.432
Lucro diluído por ação - em R\$	94,06	74,68

16. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com prestação de serviços	123.050	122.883	462.393	409.715
Receitas com vendas	129.056	142.442	145.693	153.172
Receita com exportações	1.730	1.288	1.732	1.288
(-) Devolução de vendas	(10.494)	(23.749)	(13.790)	(24.915)
(-) Impostos sobre as receitas	(17.406)	(15.455)	(29.473)	(26.572)
Total	225.936	227.409	566.555	512.688

O aumento do faturamento em 2024 se deve a um conjunto de fatores de crescimento organizacional, principalmente nos produtos de Graduação e Pós-Graduação, em linha com novos cursos e produtos (Pós Tech), novos processos seletivos e captação de alunos.

Adicionalmente, a potencial de escalabilidade dos cursos digitais da Companhia, apoia tal crescimento, uma vez que tais cursos são assíncronos e seus conteúdos já estão produzidos, gerando assim, uma eficiência operacional.

Para os segmentos no formato presencial, tivemos também um crescimento, tendo em vista o *track record* e o *tailwind* da área de tecnologia e inovação.

Além desses fatores, pode-se também considerar uma maior consolidação da marca no mercado; como a empresa tem se mostrado mais forte no segmento em que atua, a cada ano a demanda pelos serviços oferecidos apresentou crescimento, e consequentemente, a proporção da opção do aluno em buscar nossos serviços também expande.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados por terceiros	(3.097)	(1.835)	(7.053)	(8.597)
Aluguéis de imóveis	(122)	(81)	(2.639)	(2.414)
Salários, provisão férias e encargos	(46.662)	(48.981)	(138.435)	(114.980)
Redutora de projetos (i)	10.950	10.300	(14.628)	(14.082)
Total	(38.931)	(40.597)	(162.755)	(140.073)

(i) A rubrica apresenta as reclassificações para o ativo intangível referente aos projetos concluídos.

O aumento do custo dos serviços prestados vai ao encontro do aumento de receitas, no que diz respeito ao crescimento organizacional. A expansão operacional demandou maior custo dos serviços e maior utilização de recursos para que a criação e desenvolvimento de cursos e aulas acontecesse.

18. Despesas gerais e administrativas

	Controlador		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com pessoal (i)	(30.765)	(27.768)	(82.703)	(83.748)
Remuneração do pessoal-chave	(3.030)	(1.761)	(3.030)	(2.131)
Serviços prestados por terceiros	(10.043)	(8.328)	(12.820)	(10.813)
Aluguéis de imóveis	(716)	(412)	(767)	(1.441)
Provisão férias e encargos	-	(71)	-	(288)
Depreciações e amortizações	(9.504)	(13.065)	(10.092)	(15.678)
Amortização de Mais valia (ii)	(4.633)	(4.633)	(4.633)	(4.633)
Tecnologia e informática	(9.198)	(5.250)	(11.848)	(6.608)
Material de expediente e limpeza	(8)	(8)	(14)	(32)
Seguros	(49)	(52)	(49)	(52)
Despesas com alimentação	(562)	(358)	(777)	(451)
Viagens e representações	(2.334)	(1.471)	(2.460)	(1.493)
Material de uso e consumo	(263)	(378)	(1.138)	(724)
Perda créditos	(1.153)	(3.093)	(1.254)	(3.093)
Constituição de provisão para perdas esperadas	(2.157)	(3.547)	(4.381)	(18.454)
Despesa com opções de ações (Nota 15.e)	(1.665)	(2.503)	(1.919)	(2.503)
Comunicações	(567)	(333)	(621)	(333)
Despesas com cartório	-	-	(2.821)	(2.445)
Feiras e eventos	(1.770)	(769)	(2.723)	(3.659)
Energia elétrica	(16)	(6)	(16)	(22)
Locação de equipamentos	(254)	(523)	(288)	(890)
Provisão para contingências	-	-	(297)	(731)
Taxa administração (iii)	(1.480)	(2.876)	(1.738)	(3.440)
	(109)	-	(121)	-
Despesas diversas	(2.574)	(2.528)	(17.609)	(8.535)
Total	(82.850)	(79.733)	(164.119)	(172.197)

- (i) O aumento das despesas com pessoal no período de 2024 é decorrente da contratação de novos profissionais, ao aumento na base de alunos em virtude da formação de novas turmas e novos cursos e da qualificação do nosso BackOffice. Com o crescimento da Companhia e das operações, ocorreu também a expansão de diversos departamentos e de diversas novas áreas, e consequentemente, a necessidade de contratação de novos profissionais. Além disso, tem influência o reajuste salarial do período;
- (ii) A amortização de mais valia refere-se à amortização da marca PM3, na qual foi estipulada em laudo de avaliação vida útil finita de 25 anos, que equivale a obter resultados similares aos obtidos com perpetuidade e, amortização do relacionamento com clientes da FIAP, no qual foi estimada em laudo de avaliação vida útil remanescente de 2,25 anos;
- (iii) O montante refere-se a taxa das administradoras de cartão de crédito, Braintree e Paypal.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

19. Despesas comerciais

	Controlador		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de viagens e estadias	(1.018)	(389)	(1.029)	(566)
Marketing e Propaganda (i)	(30.706)	(20.021)	(54.155)	(35.113)
Total	(31.724)	(20.410)	(55.184)	(35.679)

20. Resultado financeiro

	Controlador		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	11.536	14.610	19.612	19.073
Variação cambial ativa	24	(9)	24	(9)
Descontos obtidos	7	2	1.096	515
Total receitas financeiras	11.567	14.603	20.732	19.579
Despesas financeiras				
Juros passivos e encargos financeiros	(31.029)	(35.243)	(31.098)	(35.287)
Juros sobre arrendamento	-	(33)	(5.719)	(5.703)
Ajuste valor presente	(1.519)	(3.716)	(1.519)	(3.716)
Despesas bancárias	(1.973)	(4.111)	(2.488)	(4.118)
IOF	(275)	(210)	(390)	(306)
Variação cambial passiva	(35)	6	(35)	6
Outras receitas e despesas financeiras	(361)	(509)	69	102
Total despesas financeiras	(35.192)	(43.750)	(41.180)	(49.022)
Total	(23.625)	(29.147)	(20.448)	(29.443)

21. Partes relacionadas

Empréstimos a terceiros

Em 2018, foi registrada operação de mútuo realizado para a empresa Wall Jobs Tecnologia Ltda. , com prazo de vencimento de 24 meses contados a partir da data de assinatura do contrato (24/01/2018). Foram realizados contratos de aditamento de liquidação do saldo, sendo o próximo vencimento 24/01/2026, ainda pendente de assinatura dos mutuários e intervenientes.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

21. Partes relacionadas--Continuação

Empréstimos a terceiros--Continuação

O mútuo terá incidência de juros à taxa de 1% a.a. calculados *pro rata die*, que serão acumulados até a data da quitação. Em 2020, o contrato referente a essa operação foi prorrogado o prazo de vencimento do Mútuo, acrescentando um período adicional de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, prorrogando a data de vencimento do empréstimo para o 48 (quarenta e oito) meses, contados da assinatura original do contrato.

Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 3.030 (R\$1.761 em 2023), registrados na rubrica "remuneração do pessoal-chave", conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18.

22. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base na avaliação de risco de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas para fazer face ao risco provável identificado nos processos contenciosos, como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contingências fiscais	11.391	11.161
Contingências cíveis	-	42
Contingências trabalhistas	343	234
Total	11.734	11.437

a) Contingências fiscais

Materializadas

Referem-se a ações junto à órgãos públicos os quais, a Companhia está aguardando manifestação das autoridades competentes, ora em julgamento, sendo integralmente provisionada.

No exercício findo em 31 de dezembro 2024, a companhia possui o montante estimado das causas trabalhistas classificadas como possíveis de R\$ 973 e a controlada FIAP para causas trabalhistas R\$ 293 e R\$ 338 para cíveis. Não sendo provisionado por não atender aos critérios contábeis para reconhecimento de passivo contingente, mas acompanhado de perto pela Companhia.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e contribuição social estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2024		31/12/2023	
Lucro antes da tributação	138.484	162.901	116.214	135.751
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(47.085)	(55.386)	(39.513)	(46.155)
(Adições) exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(421)	(7.700)	(180)	(643)
Doações e brindes	(1.454)	(1.972)	(395)	(756)
Equivalência patrimonial	90.775	-	20.178	-
Juros sobre capital próprio	21.000	21.000	6.800	6.800
Inovação tecnológica	3.552	3.552	2.114	2.114
Incentivos fiscais	-	34.366	648	24.279
Ajuste mais valia PM3 e FIAP	-	-	(2.425)	(2.425)
Diferenças de alíquota IR e CS de controladas	-	-	-	2.180
Outras exclusões	-	-	24	24
	113.452	49.246	26.764	31.573
IR e CS no resultado	(8.169)	(9.906)	(12.749)	(14.583)
Corrente	(12.523)	(14.260)	(16.013)	(17.847)
Diferido	4.354	4.354	3.264	3.264
Alíquota efetiva	5,90%	6,08%	10,97%	10,74%

A posição dos ativos diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Diferença temporária receita diferida	11.433	10.699
Diferença temporária provisão PDD	2.584	1.851
Diferença temporário alocação de preço pago	(849)	(2.425)
Outras diferenças temporárias	1.690	362
Tota ativo diferido - ativo	14.857	10.487

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

24. Transações que não afetam caixa

Em atendimento ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as seguintes transações são aquelas realizadas em 2024 e 2023 que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

- (i) Reversão do Juros sobre Capital Próprio em 30 de abril de 2024 no montante de R\$ 17.000;
- (ii) Reversão dos dividendos a pagar em 2023, relativo aos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$16.455

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo a avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

b) Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros para proteger certas exposições a risco.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

b.1) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras de curto prazo.

A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros atreladas a taxas pós-fixadas e passivas a taxas pré-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado.

b.2) *Risco de crédito*

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b.3) *Risco de liquidez*

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Valores de mercado

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Tendo em vista que a Companhia não possui operações atreladas a taxas de câmbio e que os riscos relacionados a taxas de juros são insignificantes, a Administração não está apresentando a análise de sensibilidade para tais fatores.

26. Plano de opção de compra de ações

Em 07 de abril de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas provaram Plano Geral, para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia para Administradores e executivos nos cargos de gerentes ou coordenadores que respondem diretamente a Diretores, que passam por uma análise de critérios para serem elegíveis e assim poder exigir a opção de compra.

Nos termos do artigo VI do Estatuto Social, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o Plano Geral aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração pode aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores ou empregados estratégicos que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

a) Plano Geral

Em 09 de abril de 2021 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração a primeira Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia para os administradores e executivos elegíveis das sociedades controladas pela Companhia.

O plano de remuneração baseado em ações, com adesão voluntária, foi oferecido aos seus administradores ou empregados estratégicos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano Geral.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

26. Plano de opção de compra de ações--Continuação

b) Características e composição

O beneficiário adquirirá o direito de comprar 20% (vinte por cento) do Lote Total de Ações ("Lote Anual") a cada período de 12 (doze) meses ao longo do período total de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do Contrato de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (sendo cada período, um "Período Aquisitivo"), até adquirir o direito de comprar a quantidade total das Ações.

Findo cada Período Aquisitivo, o beneficiário poderá manifestar a intenção de exercer a Opção de Compra sobre a respectiva quantidade de Ações a que tiver direito, conforme consta no Contrato de Opções de Compra de Ações, total ou parcialmente, observado o prazo de exercício de até 24 (vinte quatro) meses a contar da data de término, sem justa causa, da relação do beneficiário na qualidade de administrador e/ou empregado estratégico da Companhia ("Prazo de Exercício"). As opções que não forem exercidas dentro do prazo de vigência do plano, serão consideradas automaticamente extintas.

As respectivas quantidades, prazo de carência, preço de exercício e preço de aquisição na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

Ano Outorga	Período de Vesting (anos)	Preço de exercício	Valor justo da opção	Outorgadas	Opções prescritas / Abandonadas	Opções exercidas	Quantidade de Outorgadas e não exercidas
2021	5	224,95	162,33	46.937	(300)	-	46.637
2022	5	224,95	162,33	2.500	(240)	-	84.197
	5	409,42	50,00	35.300		-	
2023	5	224,95	791,71	1.700	(3.700)	-	84.997
	5	605,28	558,83	2.800		-	
2024	5	224,95	791,71	1.700	(1.250)	-	83.747
	5	605,28	558,83	2.800		-	

Quando do exercício da opção do executivo pagará o valor determinado no contrato individual

O valor justo das opções outorgadas foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo Monte Carlo. Para determinação do valor justo, foram utilizadas as premissas a seguir:

- a) A volatilidade, foi utilizado o valor corresponde a 30%;
- b) Taxa de juros livre de risco: 6,25%;
- c) Dividendo esperado: corresponde 0% a.a..

Em dezembro de 2024 foi reconhecido o impacto de R\$ 1.665 (R\$ 2.503 em 2023) para refletir a apropriação do valor justo do plano de opção das ações.

AOVS Sistemas de Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui ainda seguro para procuradores e administradores (seguro “D&O”) com cobertura de reclamações contra qualquer segurado da apólice. A garantia total deste seguro é de R\$5.000.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ:	05.555.382/0001-33	DUNS®:	897625482
Razão Social:	AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.		
Nome Fantasia:	CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	06/08/2026

Dados do Nível

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	10/01/2026
Código de Controle:	2CFE8DFF63976601		

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	13/08/2025
Código de Controle:	2025071511061233000058		

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	18/01/2026
Código de Controle:	418872412025		



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 144.873.428.117
Inscrição Municipal: 3. 212.975-0

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 20/08/2025
Código de Controle: 70088139

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 30/09/2025
Código de Controle: 0884656



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0884656 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 05.555.382/

Contribuinte: AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.

Liberação: 03/04/2025

Validade: 30/09/2025

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 3.212.975-0- Início atv :18/02/2003 (R VERGUEIRO, 3195 - CEP: 04101-300)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 17:59:45 horas do dia 09/04/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 347C6204

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal da Fazenda

Departamento de Cadastros

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 05.555.382/0001-33

C.C.M: 3.212.975-0

Contribuinte	: AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.	
Pessoa Jurídica	: Comum	
Tipo de unidade	: Produtiva	
Endereço	: R VERGUEIRO 3195 CONJ	133
Bairro	: VILA MARIANA	
CEP	: 04101-300	
Telefone	: (11) 5571-2751	
Início de Funcionamento	: 18/02/2003	
Data de Inscrição	: 22/04/2003	
CCM Centralizador	: Não consta	
Tipo de Endereço	: Comercial	
Nro. do Contribuinte de IPTU	: 039.076.0359-1	
Última Atualização Cadastral	: 19/08/2021	
Credenciamento DEC	: 25/11/2015 (Consulta Pública de Credenciamento)	



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal da Fazenda

Departamento de Cadastros

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 05.555.382/0001-33

C.C.M: 3.212.975-0

CNAE			
Código	Descrição	Tipo	Data Início
4761-0/01	Comércio varejista de livros	Secundário	17/10/2017
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	Secundário	17/10/2017
5811-5/00	Edição de livros	Secundário	17/10/2017
5813-1/00	Edição de revistas	Secundário	17/10/2017
6201-5/01	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	Secundário	19/06/2017
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	Secundário	19/06/2017
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	Secundário	17/10/2017
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	Secundário	17/10/2017
7319-0/03	Marketing direto	Secundário	17/10/2017
7319-0/04	Consultoria em publicidade	Secundário	17/10/2017
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	Secundário	17/10/2017
8599-6/03	Treinamento em informática	Principal	19/06/2017
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	Secundário	19/06/2017



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal da Fazenda

Departamento de Cadastros

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 05.555.382/0001-33

C.C.M: 3.212.975-0

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
2496	17/10/2017	ISS	5	
2498	27/02/2018	ISS	2,9	
2660	13/02/2018	ISS	2,9	
2668	13/02/2018	ISS	2,9	
2684	13/02/2018	ISS	2,9	
2692	13/02/2018	ISS	2,9	
2881	13/02/2018	ISS	2,9	
2919	13/02/2018	ISS	2,9	
2935	13/02/2018	ISS	2,9	
3158	17/10/2017	ISS	5	
3751	05/03/2010	ISS	5	
5762	01/03/2004	ISS	5	
6221	01/01/2022	ISS	2	
6522	01/01/2022	ISS	2	
7161	17/10/2017	ISS	2,5	
7218	17/10/2017	ISS	5	
8176	17/10/2017	ISS	5	
32409	17/10/2017	TFE	-	

Expedida em 21/07/2025 **via Internet** com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **Ha32Wgj9**

Data de validade: **21/10/2025**



Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp



Código de controle da consulta: 3b35dc00-61e3-4cbc-b5bc-fd7cdf1710e5

Estabelecimento	
IE: 144.873.428.117	
CNPJ: 05.555.382/0001-33	
Nome Empresarial: AOV5 SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.	
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO	
Natureza Jurídica: Sociedade Anônima Fechada	
Endereço	
Logradouro: RUA VERGUEIRO	Complemento: CONJ 133
Nº: 3195	Bairro: VILA MARIANA
CEP: 04.101-300	UF: SP
Município: SAO PAULO	
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 05/08/2015
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PFC-10 - BUTANTÃ
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO	
Atividades Econômicas:	Treinamento em informática Comércio varejista de livros Comércio varejista de jornais e revistas Edição de livros Edição de revistas Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda Consultoria em tecnologia da informação Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet Marketing direto Consultoria em publicidade Gestão de ativos intangíveis não-financeiros Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 06/08/2015	
Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total	
Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/12/2010	

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são

oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 05.555.382

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 70088139

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 22/07/2025 16:37:54

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



e-CRDA

Autenticar e-CRDA

Número da CRDA: *

70088139

Pesquisar

Número	Documento	Data de Emissão	Data de Validade	Arquivo
70088139	05555382	22/07/2025 16:37	21/08/2025	crda70088139.pdf



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.555.382/0001-33 DUNS®: 897625482
Razão Social: AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.
Nome Fantasia: CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Balanço Anual - 12/2024

Exercício Financeiro:

Período: 01/2024 a 12/2024 Validade: 06/2026

Parâmetros: CPF / CNPJ: 05555382000133. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: MWEyNGQxZDZkOGNmNzk3Mzl4NDY5ZGFINmJjNzFjNmFhZTJiYjU0NjcyMGNhMGRkMjhYjU5NmNkZDBkMWNIZQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

Parâmetros: CPF / CNPJ: 00673779041. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: ZDhjNTIzYjBmNjlkNTJkYjk0N2lwYWU0YjJkYjEyYWYwYmYzMzRjZmJkMTljMzBiMzc2NGViY2FhNDRkZThjNg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

 DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 08/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 08/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 08/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 08/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 08/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

Dados da consulta: 12/08/2025 09:30:43

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS

CPF / CNPJ sancionado: 05555382000133 00673779041

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (12/08/2025 às 09:31) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 05.555.382/0001-33.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 689B.342C.B664.0900 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (12/08/2025 às 09:32) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 006.737.790-41.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 689B.3468.A810.A960 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A. - CAELUM/ALURA/CASA DO CODIGO**

CPF/CNPJ: **05.555.382/0001-33**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:33:36 do dia 12/08/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 59OJ120825093336

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **BRUNO CZERMAINSKI KLASSMANN**

CPF/CNPJ: **006.737.790-41**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:34:13 do dia 12/08/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: I9F8120825093413

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

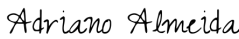
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Ao setor de compras

AOVS Sistemas de Informática S.A., no CNPJ sob o nº 05.555.382.0001.33, por intermédio de seu representante legal, Sr. Adriano Henrique de Almeida, portador da Carteira de Identidade nº30073519-4 SSP/SP, e do CPF nº 343159238-42, DECLARA, para fins do disposto no inciso inciso XXXIII do art. 7º da CF e VI do art. 68 da Lei nº 14.133, 01 de Abril de 2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz,
(x) sim () não.

São Paulo, 17 de julho de 2025

adriano.almeida@alura.com.br
Assinado por **Adriano Henrique de Almeida**
Representante legal

D4Sign

AOVS Sistemas de Informática S.A. CNPJ 05.555.382.0001.33
Rua Vergueiro, 3185, 8ºandar - Vila Mariana - São Paulo - SP
CEP 04101-300 - Fone 11 5082-3236

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR - Lei 14133 21 docx

Código do documento c6c8c196-f13b-4626-b6ac-fdd3edcaf287



Assinaturas



Adriano Almeida
adriano.almeida@alura.com.br
Assinou

Adriano Almeida

Eventos do documento

17 Jul 2025, 09:57:38

Documento c6c8c196-f13b-4626-b6ac-fdd3edcaf287 **criado** por CARLOS FELICIO DA SILVEIRA (043cbcbf-15c5-4646-a054-47bf72c2b7c1). Email: corporativo@alura.com.br. - DATE_ATOM: 2025-07-17T09:57:38-03:00

17 Jul 2025, 09:58:19

Assinaturas **iniciadas** por CARLOS FELICIO DA SILVEIRA (043cbcbf-15c5-4646-a054-47bf72c2b7c1). Email: corporativo@alura.com.br. - DATE_ATOM: 2025-07-17T09:58:19-03:00

18 Jul 2025, 10:40:21

ADRIANO ALMEIDA **Assinou** (49ce817b-2f88-4c90-8f55-ad8607b1dd33) - Email: adriano.almeida@alura.com.br - IP: 179.125.64.236 (179-125-64-236-dinamico.pombonet.net.br porta: 9236) - Documento de identificação informado: 343.159.238-42 - DATE_ATOM: 2025-07-18T10:40:21-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 79d00a3b0e87d036a3f5ddfe1b1009582d3fe2b07ea2e05ab9a8f2d9899ab877

(SHA512): d22b8a6baaac765163f1d8d33a90ec7175decb846c7690a91569b9ff5f47227734e176bf00753a8db09d8362ce8fef34dacb6ba80a9aef4a89b7b08c5eae6067

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

DECLARAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 e a Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011, bem como os princípios da transparência e segurança jurídica aplicáveis à administração pública, declaramos conhecimento de que os dados pessoais e sensíveis tratados em processos licitatórios serão utilizados exclusivamente para os fins previstos em lei, garantindo-se a segurança e a privacidade dos titulares.

Nos termos do artigo 23 da LGPD, a administração pública pode tratar dados pessoais para exercer suas competências legais, desde que respeite os princípios da finalidade, necessidade e adequação. Assim, a coleta desses dados nos certames licitatórios tem o objetivo de avaliar a capacidade técnica, econômica e financeira dos participantes, conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A LAI, em seu artigo 6º, inciso III, estabelece o princípio da transparência, garantindo o direito de acesso às informações públicas. Dessa forma, nos processos licitatórios, todos os dados pertencentes às empresas participantes e suas propostas serão integralmente divulgados de forma acessível, assegurando o controle social e a publicidade dos atos administrativos.

Diante disso, a AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A., inscrita no CNPJ nº 05.555.382/0001-33, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Adriano Henrique de Almeida, portador(a) do CPF nº 343.159.238-42, DECLARA que tem pleno conhecimento das regras do aviso/termo de referência da dispensa de licitação e ciência de que:

Para participar da dispensa/inexigibilidade de licitação e ser contratado(a), é necessário fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, tais como:

- Documentos de identificação;
- Participações societárias;
- Informações contidas em contratos sociais;
- Endereços físicos e eletrônicos;
- Estado civil;
- Informações sobre cônjuges e relações de parentesco;
- Número de telefone;
- Sanções administrativas em cumprimento;
- Condenações criminais ou por improbidade administrativa, entre outros necessários à contratação.

Esses dados farão parte do processo administrativo e serão tratados pela Administração Pública. O tratamento dos dados pessoais no contexto dos processos de contratação é válido, legítimo e juridicamente adequado.

São Paulo, 07 de agosto de 2025

adriano.almeida@alura.com.br

Assinado
Adriano Henrique de Almeida
GEO
D4Sign

2025 08 07 DeclaracaoLGPD Alura e FUNDACAO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUI ALU-C5ZYHA VFinal-6d2d85eb-
Código do documento 50075978-b2af-4ad6-a949-1ad144ed870a



Assinaturas



Adriano Almeida
adriano.almeida@alura.com.br
Assinou

Adriano Almeida

Eventos do documento

07 Aug 2025, 05:57:34

Documento 50075978-b2af-4ad6-a949-1ad144ed870a **criado** por CARLOS FELICIO DA SILVEIRA (043cbcbf-15c5-4646-a054-47bf72c2b7c1). Email: corporativo@alura.com.br. - DATE_ATOM: 2025-08-06T23:57:34-09:00

07 Aug 2025, 05:58:47

Assinaturas **iniciadas** por ARIANE RUY SILVIANO (647ee166-4a6f-4f09-a086-c4c12ba6e1d3). Email: juridico@alura.com.br. - DATE_ATOM: 2025-08-07T05:58:47-03:00

07 Aug 2025, 20:19:03

ADRIANO ALMEIDA **Assinou** (49ce817b-2f88-4c90-8f55-ad8607b1dd33) - Email: adriano.almeida@alura.com.br - IP: 191.39.131.150 (191.39.131.150 porta: 56288) - **Geolocalização: -23.4249917 -46.476716** - Documento de identificação informado: 343.159.238-42 - DATE_ATOM: 2025-08-07T20:19:03-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 9a62f4ec6fb3c73b36a200b62c68546236ff5568eb3b4b235f54dc99e649d028

(SHA512): 6e5ea754eb28d748ef25efcdb8fabf38e43bf7153d212657bfffecd82767ab0d0b414be631d2c036ff264476202683c25f20f2401cd2f44fe9c97b8c7bd2644f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.